



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO**

**PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE CAXIAS
CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA**

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA

Caxias
2018



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO**

**PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE CAXIAS
CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA**

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO

Prof^ª Me. Benigna Maria de Assunção Couto
Prof^ª Me. Cleia Maria Lima Azevedo
Prof^ª Me. Cacilda Figueiredo Neri de Aguiar
Prof^º Dra. Franc-Lane Carvalho Sousa do Nascimento
Prof^ª Dra. Georgyanna Andréa Silva Morais
Prof^ª Maria Lourdene de Paula Costa
Prof^º Dr. Raimundo Nonato Moura Oliveira

Caxias
2018



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO**

**PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE CAXIAS
CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA**

Prof. Dr. Gustavo Pereira da Costa

Reitor

Prof. Dr. Walter Canales Sant'Ana

Vice-Reitor

Prof. Gilson Martins Mendonça

Pró-Reitor de Administração

Prof. Antônio Roberto Coelho Serra

Pró-Reitor de Planejamento

Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Profa. Dra. Andréa de Araújo

Pró-Reitora de Graduação

Prof. Dr. Paulo Henrique Aragão Catunda

Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Estudantis

Profa. Dra. Valéria Cristina Soares Pinheiro

Diretor do Centro de Caxias

Prof. Dra. Georgyanna Andréa Silva Moraes

Diretora do Curso de Pedagogia Licenciatura



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO**

**PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE CAXIAS
CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA**

DADOS INSTITUCIONAIS

NOME DA INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

CNPJ: 06.352.421/0001-68

HOME PAGE: www.uema.br

CAMPUS: SÃO LUÍS

ENDEREÇO: Cidade Universitária Paulo VI – Tirirical-MA

TELEFONE: (98) –2016 - 8160

CAMPUS: CAXIAS

ENDEREÇO: Praça Duque de Caxias S/Nº, Morro do Alecrim. 65604-380. Caxias-

MA

TELEFONE: 99 3521 3888



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO**

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO - PROG
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE CAXIAS - CESC
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DE

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação do Curso: Curso de Pedagogia Licenciatura

Área: Educação

Período de Integralização: 4 anos (8 períodos)

Regime Letivo: Semestral

Turno de Oferta: Diurno

Vagas autorizadas: 40

Carga Horária do Curso: 3.435 h

Disciplinas Obrigatórias: 3.090h

Disciplinas Optativas: 120h

Estágio Curricular Supervisionado: 405h

Prática Curricular: 405h

Atividades Teórico-Práticas: 225h

Título Acadêmico: Licenciado em Pedagogia

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	08
CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL	09
HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL	11
1 DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	18
1.1 Políticas Institucionais no âmbito do curso	18
1.1.1 Políticas de Ensino	18
1.1.2 Políticas de Extensão	20
1.1.3 Políticas de Pesquisa	21
1.2 Caracterização do Corpo Docente	22
1.3 Apoio docente e Atendimento Educacional Especializado	24
1.4 Objetivos do Curso	27
1.5 Competências e habilidades
1.6 Perfil profissional do egresso	28
1.7 Regime Escolar	29
1.8 Conteúdos Curriculares	29
1.9 Matriz Curricular	30
1.9.1 Estrutura Curricular	31
1.9.2 Ementários e Referências das Disciplinas do Curso	38
1.9.3 Prática como Componente Curricular	66
1.9.4 Estágio Curricular Supervisionado	77
1.9.5 Atividades Teórico-Práticas – ATP.....	78
1.9.6 Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.....	79
1.10 Metodologia de funcionamento do curso (métodos ativos de ensino-aprendizagem, estratégias e atividades educacionais previstas/implantadas no curso)	80
1.11 Avaliação	81
1.11.1 Avaliação do Ensino-aprendizagem.....	81
1.11.2 Avaliação Institucional	82
2 DIMENSÃO - CORPO DOCENTE E TUTORIAL	84
2.1 Núcleo Docente Estruturante	84
2.2 Gestão do Curso	85
2.3 Colegiado de Curso	85

2.4 Corpo Docente.....	86
3 DIMENSÃO - INFRAESTRUTURA	90
3.1 Infraestrutura física para o desenvolvimento das atividades pedagógicas	90
3.2 Acervo Bibliográfico	90
REFERÊNCIAS.....	92
ANEXOS E APÊNDICES.....	93

APRESENTAÇÃO

Por meio deste documento, apresentamos à comunidade acadêmica do Centro de Estudos Superiores de Caxias/Universidade Estadual do Maranhão, o Projeto Pedagógico do Curso/PPC do Curso de Pedagogia Licenciatura, a vigorar no quinquênio 2018-2022 enquanto documento propositivo de orientação, avaliação e reordenamento das ações pedagógicas desenvolvidas no percurso formativo dos acadêmicos, com vistas a uma formação inicial de qualidade.

O projeto que ora apresentamos é resultado da discussão permanente realizada pelo Núcleo Docente Estruturante e pelo Colegiado do curso que, objetivamente, desde 2017 empenharam-se nos estudos sistemáticos e na avaliação das ações desenvolvidas desde a avaliação do curso, realizada em 2013 pelo Conselho Estadual de Educação/CEE e, a partir desse diagnóstico, elaboraram novas ações pedagógicas para a melhoria da qualidade do ensino ofertado aos acadêmicos do curso de Pedagogia Licenciatura.

Nesse sentido, a elaboração do PPC de Pedagogia atende duas exigências. A primeira diz respeito à solicitação de Renovação do Reconhecimento do curso que venceu em agosto/2018, finalizando o ciclo avaliativo do quinquênio 2013-2018.

A segunda exigência trata-se do atendimento às demandas atuais da formação inicial de professores, face às mudanças ocorridas no contexto das políticas educacionais brasileiras, de modo específico as licenciaturas, à luz da Resolução nº 2/2015 – CNE/MEC, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada de professores e da Resolução nº 1264/2017-CEPE/UEMA, que cria e aprova as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Licenciatura das Universidade Estadual do Maranhão.

Conforme o exposto, o curso de Pedagogia Licenciatura apresenta um novo ordenamento curricular, vigorando desde o segundo semestre de 2017, conforme a aprovação do Colegiado do Curso e homologação do Núcleo Docente Estruturante e Conselho Superior do Centro de Estudos Superiores de Caxias, conforme documentação comprobatória anexadas a este projeto.

O PPC foi elaborado conforme preconiza as resoluções supracitadas, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia, o Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI e as Normas Gerais do Ensino de Graduação da Universidade Estadual do Maranhão, sob orientação da Coordenadoria Técnico-Pedagógica da Pró-

reitoria de Graduação/UEMA. O documento está estruturado em quatro eixos: contextualização institucional, organização didático-pedagógica, corpo docente e infraestrutura do curso.

CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL

A UEMA, sempre mantida pelo Estado do Maranhão, teve sua origem na Federação das Escolas Superiores do Maranhão – FESM, criada pela Lei n.º 3.260, de 22 de agosto de 1972, para coordenar e integrar os estabelecimentos isolados do sistema educacional superior do Maranhão (Escola de Administração, Escola de Engenharia, Escola de Agronomia e Faculdade de Caxias). A FESM foi transformada na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA por meio da Lei n.º 4.400, de 30 de dezembro de 1981, e teve seu funcionamento autorizado pelo Decreto Federal n.º 94.143, de 25 de março de 1987, como uma Autarquia de natureza especial, pessoa jurídica de direito público, gozando de autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial, de acordo com os preceitos do artigo 272 da Constituição Estadual.

Posteriormente, a UEMA foi reorganizada pela Lei n.º 5.921, de 15 de março de 1994, e pela Lei n.º 5.931, de 22 de abril de 1994, alterada pela Lei n.º 6.663, de 4 de junho de 1996. Em 31 de janeiro de 2003, por meio da Lei n.º 7.844, o Estado promoveu uma reorganização estrutural, momento em que fora criado o Sistema Estadual de Desenvolvimento Científico Tecnológico, do qual a UEMA passou a fazer parte, vinculando-se à Gerência de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico - GECTEC, hoje, Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI.

Atualmente, a UEMA encontra-se presente em praticamente todo o território maranhense. Com base em 21 municípios, tem um campus em São Luís e outros vinte Centros de Estudos Superiores instalados nas cidades de: Açailândia, Bacabal, Balsas, Barra do Corda, Caxias, Codó, Coelho Neto, Colinas, Coroatá, Grajaú, Imperatriz, Itapecuru-Mirim, Lago da Pedra, Pedreiras, Pinheiro, Presidente Dutra, Santa Inês, São João dos Patos, Timon e Zé Doca. Além disso, a UEMA tem atuação em 36 polos de educação à distância e vinte polos do Programa Darcy Ribeiro.

A atuação da Universidade Estadual do Maranhão está distribuída nos seguintes níveis:

- Cursos técnicos de nível médio na modalidade subsequente;
- Cursos presenciais regulares e à distância de Graduação Bacharelado, Tecnologia e Licenciatura;
- Programa de Formação de Professores nas Áreas das Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias (Ensinar);
- Pós-Graduação *Stricto sensu* (presencial) e *Lato sensu* (presencial e à distância).

Considerando o disposto em seu Estatuto, aprovado pelo Decreto Estadual n.º 15.581, desde maio de 1997, os objetivos da UEMA permeiam: o ensino de graduação e pós-graduação, a extensão universitária e a pesquisa, a difusão do conhecimento, a produção de saber e de novas tecnologias interagindo com a comunidade, visando ao desenvolvimento social, econômico e político do Maranhão.

A missão de uma instituição detalha a razão de ser da mesma. A missão apresentada neste documento destaca o direcionamento da Universidade para a atuação no âmbito da sociedade e no desenvolvimento do Maranhão. A mesma se fundamenta nos pilares da Universidade: ensino, pesquisa e extensão, como meios para a produção e difusão do conhecimento. Sob esses fundamentos, eis o que as escutas realizadas permitiram entender como sendo a vocação da Uema:

Produzir e difundir conhecimento orientado para a cidadania e formação profissional, por meio do ensino, pesquisa e extensão, priorizando o desenvolvimento do Maranhão (REFERÊNCIA, ANO, P.).

A visão institucional é responsável por nortear a Universidade, expressando as convicções que direcionam sua trajetória. Para a concepção de uma Visão da UEMA, buscou-se compreender os propósitos e a essência motivadora das suas ações e do seu cotidiano na tentativa de promover o desenvolvimento do Maranhão. Deste processo, surgiu a convicção de tornar-se referência na produção de conhecimentos, tecnologia e inovação, de forma conectada com o contexto no qual a UEMA está, física ou virtualmente, inserida. Por essa interpretação da realidade e com o horizonte à vista, vislumbra-se:

Ser uma instituição de referência na formação acadêmica, na produção de ciência, tecnologia e inovação, integrada com a sociedade e transformadora dos contextos em que se insere. (PDI-UEMA, ANO, p.?)

HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

A UEMA, no Campus Caxias somam-se mais de quatro décadas de experiência na formação de professores em nível de Licenciaturas para atuarem na Educação Básica, e em outros espaços educativos. Este Campus localizado no leste do Estado do Maranhão trabalha com a formação de professores, atendendo demandas de vários municípios, com educação presencial e à distância. Articulam-se, também, a essa experiência de formação inicial outras formações promovidas por meio de cursos em nível *Lato Sensu* para atender necessidades formativas específicas desses profissionais egressos que estão inseridos nas redes de ensino e de outros espaços educativos.

O Campus Caxias está entre um dos maiores centros públicos de formação de professores do leste maranhense, atendendo ainda a formação de bacharelados em saúde. Atende atualmente demandas de mais de 20 municípios do Estado, e de outros Estados circunvizinhos, seja por meio da graduação, seja por meio de programas especiais de formação de professores em serviço, tanto na modalidade presencial quanto na modalidade a distância. Nas últimas duas décadas vêm se renovando e assumindo um novo perfil para atender novas demandas da população no nível da formação de professores em diferentes campos: Pedagogia, Matemática, Geografia, História, Biologia, Letras/Português, Letras /Inglês, Física, Química, Filosofia, Ciências Naturais, Ciências Sociais, entre outras.

O Curso de Pedagogia – Licenciatura, inscreve-se no contexto da implementação da Universidade Estadual do Maranhão, no âmbito regional do leste maranhense, na cidade de Caxias, a quinta mais importante do Estado em termos de contingente populacional, economia e estrutura social, com uma população de 162.657 habitantes, ocupando uma área de 5.150,667 Km². Desde sua criação, em 1968¹, o Curso de Pedagogia é a quarta Licenciatura (depois de Ciências, Letras e Estudos Sociais) a compor o quadro de formações em nível superior do Centro de Estudos

¹ Nasce no contexto Federação das Escolas Superiores do Maranhão (FESM), que depois transforma-se na Universidade Estadual do Maranhão em 1987.

Superiores de Caxias², instituição responsável pela educação superior no interior do Maranhão.

Como parte de um projeto de interiorização e regulamentação do ensino superior, e superar barreiras históricas no estado como a falta de profissionais habilitados para a educação básica, a oferta do curso de Pedagogia constitui-se uma importante estratégia de enfrentamento do processo da falta de professores qualificados para a educação básica, seja para a formação daqueles docentes não habilitados exercendo funções de docência, seja para a formação de novos quadros para atuarem, a partir das séries iniciais do Ensino Fundamental.

Em vista dessa realidade de demandas e necessidades, o Curso de Pedagogia, situado e condicionado à história do Centro de Estudos Superiores de Caxias em suas fases de construção³ em vista de sua missão social até chegar a se tornar Universidade Estadual do Maranhão⁴, demandou reconfigurações e articulações que caracterizam o seu percurso histórico em diferentes formatações.

A sua primeira configuração, no processo de criação em 1968, caracterizou-se pela habilitação em Administração Escolar, denominada de Licenciatura Curta, pela Lei nº 2.821/68, mas viabilizado a partir de 1973. *"Nos dias 1 e 2 de dezembro de 1973, foi realizado vestibular para um curso parcelado em Pedagogia com 96 vagas distribuídas em duas turmas dos quais 80 eram bolsistas, por força de convênio MEC/SE e 16 vagas oferecidas pela Faculdade. Este curso congregou 37 municípios do Maranhão, além de alunos provenientes da vizinha capital do Piauí"*. (FONSECA, 1984, p.77). As atividades docentes iniciaram no dia 02 de janeiro de 1974.

² Criado em 1968 como Faculdade para formação de professores do ensino médio pela Lei 2.821 de 23 de fevereiro de 1968, a criação da Universidade Estadual do Maranhão. Em 15 de dezembro de 1977 a Faculdade foi reconhecida pelo Decreto 81.037 e os cursos pelo parecer 2.111/77.

³ Nasce como Faculdade de Formação para professores de nível médio (nome inicial) com origem no Projeto Centauro que se expandiu ano a ano, passando por 04 fases da História do CESC: 1ª Fase - Criação da Faculdade de Formação para professores de nível médio em 1968, através do convênio com a Universidade de São Paulo; 2ª Fase - Corresponde a Incorporação da Federação das Escolas Superiores do Maranhão (FESM) recebendo o nome de (FEC) Faculdade de Educação de Caxias (1972); 3ª fase - Com transformação da FESM (Federação das Escolas Superiores do Maranhão) em UEMA, passa a ser identificada de UEEC (Unidade de Estudos de Educação de Caxias).

⁴ A FESM foi transformada em Universidade Estadual do Maranhão pela Lei 4.400 de 30 de dezembro de 1981, UEMA, uma autarquia de natureza especial, vinculada à Secretaria de Ciências e Tecnologia. Goza de autonomia didático - científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, de acordo com o que preceitua o Art. 272 da Constituição Estadual, cujo funcionamento foi autorizado pelo Decreto Federal 94.143, de 25 de março de 1987.

Era um momento em que se vivia, no contexto nacional, a regulamentação do Ensino Superior, Lei 5.540/68, resultado de uma crise desencadeada pela Universidade, por não aceitar a dependência do país ao capital estrangeiro. Esta lei juntamente com outros dispositivos legais como o AI nº 05, conforme afirma Fonseca (1984), puseram *"fim à ideologia do nacionalismo desenvolvimentista"*. Esta lei traz-nos a matrícula por disciplina, aproveitamento de estudos do sistema de crédito e a preocupação com o aprimoramento técnico. Este modelo de educação foi trazido por especialistas norte-americanos, desde 1966, quando foi firmado o acordo do MEC e USAID (United States Agency for International Development) que estabeleceu, para o Brasil, uma política educativa que atendesse o princípio de eficiência e produtividade, exigência do sistema industrial baseado na economia capitalista. Política que se encontrava de acordo com os militares e burocratas que governavam o país, onde um dos seus objetivos era sufocar as conquistas e os sonhos de ascensão social das classes populares.

No cenário maranhense, a educação encontrava-se atrelada às ações externas, semelhante a nação, onde técnicos dos Estados Unidos (MEC/USAID) delimitavam os caminhos educacionais brasileiros. Na vida política do Maranhão inaugurava a era Sarney, onde o lema *"O Maranhão Novo"* chamava a educação a operar o Milagre para transformar a realidade maranhense. Através desta bandeira, implementou-se o Projeto Centauro, que era considerado um projeto *"audacioso, criativo, sui generis"*, que tinha no seu nome a conotação de uma estrela muito brilhante que formaria professores para o *"Maranhão Novo"*.

O objetivo deste projeto era instalar Faculdade de Formação de Professores para o primeiro ciclo, tendo com meta, solucionar o problema da falta de professores qualificados para o nível médio, situação agravada com a implantação do Projeto Bandeirante em 1968, que tinha como meta suprir a falta de ginásio. Seus objetivos eram *"possibilitar continuidade de estudo aos egressos do Curso Primário; ajudar na formação da mão-de-obra especializada para o desenvolvimento e dar condições para criação e acesso a cursos superiores"*. (FONSECA, 1985, p.35).

A sua segunda (re)configuração, em 1985, decorrente do propósito de subsidiar a criação da Universidade Estadual do Maranhão, caracterizou-se pela denominação de Licenciatura Plena, com habilitação em Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º grau, autorizada pelo Parecer de nº 76/85 do Conselho de Educação e Portaria nº de 23 de junho de 1985. Segundo Fonseca (1985), para a criação da Universidade "necessitava de curso da área humanista ao nível de licenciatura plena

como requisito para essa transformação". Essa solicitação de reconhecimento do curso era uma opção que passava fundamentalmente, por dois aspectos: a) a prioridade conferida à educação básica pelo organismo responsável pela definição da política educacional brasileira; b) estudo da realidade do sistema de ensino local, que evidenciou a ocorrência de pessoal desqualificado para a formação de docentes para o nível elementar.

A terceira (re)configuração, de 1991 a 1995, no âmbito das reformulações curriculares, caracterizou-se pela habilitação em *Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino Médio*, reconhecido através da Portaria nº 1788 –MEC em 26/09 de 1991, com vistas do aprimoramento e adequação do curso com a realidade de Caxias.

No contexto desse período, a título de informação histórica, não obstante a essa perspectiva, a UEMA, com vistas a política de interiorização do ensino superior, de modo específico, o processo de ampliação da formação de profissionais da educação para atender a realidade da Educação Básica realiza duas propostas, assim descritos:

a) Em 1992, o Programa de Capacitação Docente do Sistema Oficial de Educação (PROCAD), aprovado pela resolução nº 101/92-CONSUN/UEMA do dia 07/12/92, que em seu artigo 1º aprova o mesmo, com o objetivo de oferecer em sua 1ª etapa, cursos especiais parcelados intensivos de licenciatura plena nos "campi" de São Luís, Imperatriz, Bacabal, e em Caxias, para qualificar, exclusivamente, professores das redes oficiais de ensino estadual e municipal. Esse projeto funcionou em duas edições, no período de 1993 a 2001, como Cursos de Licenciaturas Plenas em várias áreas, para professores em atividade na rede pública de ensino, inclusive para Pedagogia com início em 1995, com a mesma habilitação do curso regular, em regime intensivo e parcelado, com uma carga horária de 2.475 horas (1ª edição) nos pólos dos municípios de Presidente Dutra e Caxias e 2.820 horas (2ª edição) nos pólos municípios de Caxias, de Presidente Dutra de Codó e Timon.

b) Em 2001, o Curso de Licenciatura Plena em Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, na modalidade à distância, intermediado pelo Núcleo de Educação à distância – NEAD, criado pela Resolução n. 239/2000 do Conselho Universitário - CONSUN, Credenciamento Parecer n. 1.236/2001- CES/CNE e pela Portaria n. 2.216/2001 – MEC, o NEAD. Até 2010, funcionou como Núcleo de Tecnologias para Educação – UemaNet, responsável pela concepção, difusão, gestão e avaliação de projetos em Educação a Distância da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, oferecendo cursos de Graduação em Licenciatura em Magistério das Séries

Iniciais do Ensino Fundamental, com 3.030 horas, tendo como objetivo formar profissionais para atuarem nas séries iniciais do Ensino Fundamental, trabalhado numa perspectiva teórico-prática, científica e profissional, compreendendo a educação em sua vinculação ao cidadão, em particular, e com a sociedade, em geral.

A quarta (re)configuração, se dá em 2002, momento em que o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, sofrendo uma ampla reformulação, passa a habilitar professores para o *Magistério da Educação Infantil, Séries do Ensino Fundamental, Matérias pedagógicas para o Ensino Médio*. Essa nova configuração do Curso decorre tanto das determinações legais já presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº. 9.394/96) quanto das análises das determinações legais presentes nos Pareceres CNE/CP nº 09/2001, nº 27/2001 e nº 28/2001, nas Resoluções CNE/CP nº 01/2002 e nº 02/2002 que tratam das DCNs (Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena). Do ponto de vista da LDBEN, vivencia-se um momento denominado de "Década da Educação", cuja prescrição é que, até o final dessa década (dezembro de 2007), somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.

Do ponto de vista dos Pareceres e Resoluções à época vigentes, configurava-se como momento de redefinição dos perfis de vários cursos, a revisão das grades curriculares dos cursos de modo geral, entre os quais o Curso de Pedagogia, que amplia no currículo sua atuação, pela introdução de disciplinas com Educação Especial, Educação Infantil e Educação de Jovens e Adultos com suas respectivas metodologias, a gestão escolar, a orientação educacional, a Educação Especial, constituindo-se nas principais modificações que, certamente, possibilitaram ao Estado a capacitação de seus professores dentro de um perfil mais adequado às carências regionais, respondendo às exigências da sociedade contemporânea no desenvolvimento das competências essenciais ao exercício da docência. Passando a funcionar a partir do segundo semestre de 2003, com uma carga horária total de 3.240 horas.

Importa ressaltar que, também nesse contexto, a UEMA, com a política de interiorização do ensino superior, para a formação de profissionais da Educação Básica, de modo específico, em 2004, o Programa de Qualificação Docente (PQD), em substituição ao PROCAD, com uma ampla reformulação nas estruturas curriculares dos cursos, ficando o Curso de Pedagogia com uma carga horária de 2.895 horas.

A quinta (re)configuração, acontece após o ano de 2006, com a aprovação da Resolução CNE/CP Nº. 1, de 15 de maio de 2006, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, demarcando novas reflexões na perspectiva de se aprofundar e consolidar esse campo de ensino. Nesse sentido, o Curso passa a ser denominado Pedagogia Licenciatura, agora sem habilitação, como nas versões anteriores.

Como decorrência das Diretrizes aprovadas em 2006 (Resolução CNE/CP nº1/ 15/05/2006), que definiu um amplo horizonte para a formação e atuação profissional dos pedagogos, o Curso de Pedagogia do CESC/UEMA, em função dos seus reconhecimentos junto ao Conselho Estadual de Educação e das demandas e necessidades formativas regionais, reelaborou seu Projeto Político Pedagógico em 2011. Em 2013 passou, apenas por uma nova reforma curricular, tendo como eixo central a docência em sentido mais amplo, isto é, articulada à ideia de *Trabalho Pedagógico*, a ser considerado em espaços escolares e não escolares, conforme o Parecer CNE/CP nº 05/2005⁵, levando em conta três linhas condutoras: a) formação de professores de Educação Infantil e das Séries Iniciais do Ensino Fundamental; b) a efetivação da gestão democrática da educação; c) a produção e difusão de novos conhecimentos educacionais.

A atual reformulação do Projeto Político Pedagógico e das matrizes curriculares leva em consideração alguns aspectos. O primeiro refere-se à necessidade de avaliação para a renovação do reconhecimento do Curso de Pedagogia pelo Conselho Estadual de Educação/CEE. Em 2013, feita a avaliação institucional externa, conforme o Parecer nº 146/2013-CEE/MA, o curso obteve nota 3 e as seguintes recomendações: “melhorar a qualificação docente em nível *strictu sensu*, realizar concurso público para o ingresso no quadro permanente da instituição para atender as necessidades do curso; e comprar material bibliográfico atualizado voltado para as disciplinas básicas”.

⁵ Entende-se que a formação do licenciado em pedagogia fundamenta-se no *trabalho pedagógico* realizado em espaços escolares e não-escolares, que tem a docência como base. Nesta perspectiva, a docência é compreendida como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da pedagogia. Dessa forma, a *docência*, tanto em processos educativos escolares como nãoescolares, não se confunde com a utilização de métodos e técnicas pretensamente pedagógicos, descolados de realidades históricas específicas. Constitui-se na confluência de conhecimentos oriundos de diferentes tradições culturais e das ciências, bem como de valores, posturas e atitudes éticas, de manifestações estéticas, lúdicas, laborais. (Parecer CNE/CP n. 05/2005, p. 7) (grifo nosso)

O segundo diz respeito à análise da Resolução CNE/CP nº 2/2015 que estabelece as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica.

O terceiro reporta-se aos Planos Estadual e Municipal de Educação que apontam indicadores de necessidades e problemáticas, metas e estratégias de prioridades a serem alcançadas na década de 2014-2024, no âmbito da Educação Superior referente à formação de profissionais para a Educação Básica.

O quarto aspecto diz respeito aos resultados da avaliação institucional externa, expressos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes/ENADE, instrumento avaliativo do qual os acadêmicos do Curso de Pedagogia tem sido submetidos desde 2005, com o seguinte desempenho:

Tabela 1 – Notas ENADE do curso por ano

ANO	NOTA
2005	3
2008	4
2011	3
2014	3

Fonte: **ENADE/MEC**

Em síntese, ressaltamos das recomendações feitas pelo CEE, avançamos nos quesitos:

- a) Qualificação docente em nível *strictu sensu*, conforme ilustramos a seguir:

Quadro 1 - Demonstrativo da qualificação docente do Curso de Pedagogia

TITULAÇÃO	2013	2018
ESPECIALISTA	3	2
MESTRE	7	5
DOUTORES	0	8

Fontes: **Dados do curso**

- b) Ampliação do quadro de professores, via concurso ou transferência de outros Campi

Tabela 2 - Demonstrativo da ampliação do quadro docente do Curso de Pedagogia

EFETIVOS EM 2013	EFETIVOS EM 2018*
10	15

Fontes: **Dados do curso**

*Dos professores efetivos em 2018, temos: 8 doutores, 5 mestres e 2 especialistas.

Enfim, reconhecemos que, apesar dos avanços nos quesitos acima destacados, com vistas a promover uma educação de qualidade, ainda não avançamos na ampliação do acervo bibliográfico para o Curso. Destacamos ainda, como outros desafios a serem superados: maior envolvimento e comprometimento de professores e alunos com os processos formativos internos e externos; compreensão da dimensão formativa nos diferentes níveis da avaliação educacional; compreensão das práticas avaliativas como eixo de organização do trabalho pedagógico, para além dos dados quantitativos coletados; superação do protagonismo do Enade como instrumento avaliativo, em detrimento da avaliação da aprendizagem.

1 DIMENSÃO 1 -ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

1.1 Políticas Institucionais no âmbito do curso

O Curso de Pedagogia Licenciatura do Centro de Estudos Superiores de Caxias é regido institucionalmente pela legislação (Estatuto, Regimento Interno, Resoluções, PDI, PPI) da Universidade Estadual do Maranhão, emanadas pelas normas do Ministério da Educação/MEC, por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia e Resoluções que dispõem sobre a formação inicial de professores, corroboradas pelo Conselho Estadual de Educação/CEE, enquanto órgão de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos funcionamentos dos cursos de graduação, no Estado do Maranhão.

O Curso de Pedagogia Licenciatura está vinculado ao Departamento de Educação e desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão, vinculadas às ações das Pró-Reitorias de Graduação, Pesquisa e Extensão, respectivamente, da Universidade Estadual do Maranhão.

1.1.1 Políticas de Ensino

As atividades de ensino do Curso de Pedagogia Licenciatura, estão ligadas à Pró-Reitoria de Graduação/PROG, responsável pelo planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação dos cursos de graduação da Universidade Estadual do Maranhão.

Como ações institucionais de políticas de ensino, a PROG tem fomentado a monitoria, o Programa de Iniciação à Docência/PIBID e a Residência Pedagógica. Dentre estas iniciativas, o Curso de Pedagogia tem sido potencializado como ações locais para a melhoria do ensino as atividades de monitoria e, atualmente o Programa Residência Pedagógica, com a participação de 30 alunos (24 bolsistas e 6 voluntários), coordenado pela Profª Drª Elizangela Fernandes Martins, cujo projeto denominado A Docência no Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano: os jogos como metodologia para desenvolver o pensamento crítico e criativo, será realizado no período de agosto/2018 a agosto/2020, em duas escolas públicas da rede municipal de ensino de Caxias.

Além disso, existem políticas implementadas pela Pró-Reitoria de Graduação tais como:

- o Programa Reforço e Oportunidade de Aprender (PROAprender), criado pela Resolução nº 990/2017 – CONSUN/UEMA com o objetivo de implementar ações pedagógicas para elevar o rendimento e desempenho acadêmico dos estudantes; aprimorar e desenvolver habilidades e competências dos estudantes relacionadas ao processo de aprendizagem de conteúdos básicos referentes aos diversos componentes curriculares dos cursos de graduação da Uema; diminuir a evasão e a permanência de estudantes com índice elevado de reprovação.

As atividades de ensino são norteadas pelas Normas de Graduação e desenvolvidas no processo de ensino e aprendizagem, materializadas na produção do conhecimento em sala de aula, bem como em atividades planejadas e discutidas no Colegiado de Curso, objetivando a melhoria da qualidade do ensino, na relação com as atividades de pesquisa e extensão.

Dentre as ações desenvolvidas, ressaltamos a realização do Seminário Integrador, cujo objetivo foi de socializar conhecimentos de maneira integrada, possibilitando a articulação entre as disciplinas trabalhadas por blocos de conteúdos, em cada período letivo, a fim de garantir o caráter interdisciplinar inerente ao ensino como prática social. Além desta atividade, enfatizamos a realização dos seminários de Introdução à Pedagogia, objetivando a acolhida dos alunos calouros e apresentando os objetivos do curso, as normas acadêmicas, bem como o papel dos acadêmicos no seu processo formativo. Foram realizados cinco seminários, no período de 2015 a 2017,

com a participação de Chefe de Departamento de Educação, Diretora do Curso de Pedagogia, professores do curso e alunos calouros e veteranos.

Outra política de ensino instigada pelo Colegiado de Curso tem sido as atividades de monitoria, sobretudo a do tipo voluntária, a fim de ampliar a participação dos alunos nas atividades de iniciação à docência.

1.1.2 Políticas de Extensão

As atividades de extensão do Curso de Pedagogia Licenciatura estão ligadas à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis/PROEXAE, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX) da UEMA. Tem como objetivo conceder bolsas de extensão a discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação da UEMA, contribuindo para a formação acadêmico-profissional, num processo de interação entre a Universidade e a sociedade, por meio do desenvolvimento de projetos de extensão.

As atividades de extensão são desenvolvidas nas comunidades locais, com ações voltadas para as escolas públicas, logradouros públicos, coordenadas por professores vinculados ao Curso. A bolsa é concedida ao aluno da UEMA entre o segundo e o penúltimo período, indicado pelo professor coordenador do projeto, com vigência da bolsa de 12 (doze) meses.

Para socialização desses projetos é realizado anualmente a Jornada de Extensão Universitária, promovido pela PROEXAE, no qual são apresentados os resultados obtidos na realização de projetos de extensão que envolvem docentes, discentes e comunidade, sendo obrigatória a participação de todos. Nela é concedida premiação aos melhores projetos desenvolvidos no período.

As atividades de extensão realizadas no Curso de Pedagogia visam ampliar a comunicação dos diferentes saberes produzidos no âmbito dos projetos de pesquisa, das disciplinas do Curso, dos projetos de Grupos de Estudos e Pesquisa e projetos culturais que, no conjunto se configuram como espaços de produções de saberes significativos e geradores de projetos de extensão. Dentre os principais projetos de extensão realizados no Curso estão: PIBEX/ fluxo contínuo (com duração de quatro meses, para professores substitutos), PIBEX aprovados por Editais (com duração de um ano, para professores efetivos), Mais Extensão, Programa de Extensão em Formação de Formadores e Professores da Educação Básica/PROEXFOR.

Além dessas atividades, também registramos as ações realizadas a curto prazo, dentre as quais o I Seminário Intermunicipal de Educação e Ludicidade, objetivando conhecer as práticas de ludicidade vivenciadas nas escolas e em ambientes não escolares, dos municípios participantes e promover a discussão sobre a ludicidade como campo de conhecimento, de pesquisa e de políticas educativas em diferentes ambientes. É uma iniciativa que integra uma das ações do Laboratório Lúdico-Pedagógico do Curso de Pedagogia que tem como propósito realizar pesquisa, formação e extensão, para os alunos em licenciatura no CESC/UEMA.

1.1.3 Políticas de Pesquisa

As atividades de pesquisa do Curso de Pedagogia Licenciatura estão vinculadas à Pró-Reitoria de Pesquisa/PPG, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/PIBIC, desenvolvido com recursos próprios/Bolsa Uema e em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão/FAPEMA.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) visa apoiar a política de Iniciação Científica desenvolvida nas Instituições de Ensino e/ou Pesquisa, por meio da concessão de bolsas de Iniciação Científica (IC) a estudantes de graduação integrados na pesquisa científica.

As políticas institucionais para a consolidação e ampliação de ações de apoio ao desempenho da produção científica, há o Programa de Bolsa Produtividade desde 2016, nas categorias Bolsa Pesquisador Sênior e Bolsa Pesquisador Júnior. A finalidade do Programa é a valorização dos professores pesquisadores que tenham destaque em produção científica e formação de recursos humanos em pós-graduação *stricto sensu*.

Há também uma ação que estimula a produção acadêmico-científica dos professores por meio de uma bolsa Incentivo a Publicação Científica Qualificada pagas por publicação de artigos acadêmicos com Qualis A1 a B3 na área de formação/atuação do pesquisador; inclusão do pagamento de Bolsas por livro ou capítulo de livro publicado; inclusão do pagamento de apoio a tradução de artigos científicos, para publicação em língua estrangeira.

Por sua vez, é incentivada a participação de pesquisadores e alunos da Universidade em redes de pesquisa nacionais e internacionais, fomentando o intercâmbio e fortalecendo os grupos de pesquisa existentes, além de estimular a criação

de novos grupos, garantindo as condições para o desenvolvimento de suas atividades. Além disso, existe também o incentivo à participação dos estudantes no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Pesquisa (PIBID). Durante o curso, em articulação com as atividades de ensino, deverão ser estimuladas atividades de pesquisa, por meio da iniciação científica, em que os alunos bolsistas (CNPQ, FAPEMA, UEMA).

No Curso de Pedagogia, as atividades de pesquisa tem sido realizadas pela participação dos professores na submissão dos editais PIBIC. No período de 2015 a 2017 foram aprovados seis (06) projetos de PIBIC, com nove (09) alunos bolsistas inseridos no processo de iniciação científica. Em 2018, foram aprovados seis (06) projetos de PIBIC, contemplando onze (11) alunos bolsistas com cotas CNPq, FAPEMA e UEMA, apresentando um avanço significativo em relação ao triênio 2015-2017. Registramos também a aprovação, em 2018, de quatro (04) projetos de pesquisa do Edital FAPEMA nº 002/2018.

Em 2016, o Departamento de Educação ofertou gratuitamente a Pós-Graduação Lato Sensu em Currículo e Avaliação na Educação Básica, com o objetivo de promover a formação de profissionais da Educação Básica sobre as políticas de currículo e avaliação educacional. O curso foi realizado no período de 2016-2018, com 18 meses de duração, com carga horária de 390 horas e atendeu 20 alunos, egressos do Curso de Pedagogia e de outras licenciaturas do CESC/UEMA.

Tal iniciativa constitui uma política de fortalecimento do Curso de Pedagogia, no âmbito da pesquisa, articulada ao ensino e à extensão, no que tange ao desenvolvimento de ações de formação continuada aos egressos de Pedagogia do CESC/UEMA e das licenciaturas, de modo geral.

O Departamento de Educação integra ainda a proposta do Mestrado em Educação Interdisciplinar, juntamente com os Departamentos de Letras, História e Geografia, como política de fortalecimento dos cursos de licenciatura, cujo objetivo é contribuir para a elevação da qualidade dos cursos de licenciatura do CESC, de modo que possa se estabelecer uma articulação orgânica entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, no âmbito da Graduação, como resultados de processos avançados de formação de profissionais em nível de pós-graduação stricto sensu, que atuarão em todos os níveis de ensino, no município de Caxias e dos municípios que pertencem à região leste do Maranhão.

1.2 Caracterização do Corpo Discente

O corpo discente do Curso de Pedagogia é constituído pelos alunos (regulares e especiais) devidamente matriculados no Sistema Acadêmico/SigUema. Os alunos regulares são aqueles alunos matriculados em cursos de graduação e pós-graduação e os alunos especiais são os alunos matriculados em cursos de extensão e em disciplinas isoladas de qualquer dos cursos oferecidos regularmente. Os direitos e deveres do corpo discente estão fixados no Art. 137, item I a VIII do Regimento e o Regime Disciplinar nos Art., 138 e 148.

Atualmente o Curso de Pedagogia Licenciatura do CESC/UEMA tem 242 alunos regularmente matriculados, distribuídos por turmas e turnos, conforme quadro abaixo:

Quadro 2 – Total de alunos matriculados por período

TURMA	TURNO	Nº DE ALUNOS
2º PERÍODO	MATUTINO	39
3º PERÍODO	NOTURNO	40
5º PERÍODO	MATUTINO	30
6º PERÍODO	VESPERTINO	30
7º PERÍODO	MATUTINO	31
8º PERÍODO	NOTURNO	32

Fontes: **Dados do curso**

* Os 42 alunos que não constam nas turmas estão matriculados somente no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso e não estão vinculados a nenhum período letivo.

Para caracterizar a entrada de alunos pelo Processo Seletivo de Acesso à Educação Superior/PAES entre os anos de 2016 a 2018, segue abaixo um fluxo do processo por semestre:

Quadro 3 - Quadro de Demandas e ofertas

Corpo Discente					
Curso: Pedagogia Licenciatura					
ANO	DEMANDA	TURNO	OFERTA VERIFICADA	PROCESSO SELETIVO	ANO DE INGRESSO
2016	193	M	40	2015	2016
2016	243	V	40	2015	2016
2017	628	N	40	2016	2017
2018	351	M	40	2017	2018

Fonte: Relatório do PAES/Uema - 2016 a 2018

O Curso de Pedagogia Licenciatura do CESC/UEMA está autorizado a realizar duas entradas anuais, sendo uma em cada semestre. No ano de 2016, foram ofertadas 40 vagas em duas entradas, uma para o turno matutino e outra para o turno vespertino.

Quadro 4 – Quadro situacional das condições de oferta, ingressos e média do coeficiente

ANO	VAGAS	INGRESSO	TURNO	ALUNOS MATRICULADOS/ANO	TURMAS	EVASÃO	DESISTÊNCIA	REPETÊNCIA	MÉDIA DO COEFICIENTE
2016	40	2017	V	36	1	4	0	2	8,15
2016	40	2017	N	40	1	0	0	2	8,39
2017	40	2018	N	40	1	3	1	0	8,51
2018	40	2019	M	40	1	1	4	0	8,17

Fonte: Relatório CEG/Uema - 2018

Entre os anos de 2017 e 2018, foram ofertadas 40 vagas em uma entrada, nos turnos noturno e matutino, respectivamente. Os dados permitem observar que, mesmo com o fenômeno de redução do número de inscritos que atinge as licenciaturas de modo geral, o Curso de Pedagogia Licenciatura do CESC/UEMA tem uma demanda considerável em relação ao quantitativo de vagas ofertadas.

1.3 Apoio discente e atendimento educacional especializado

A Universidade é um espaço de aprendizagem e, como tal, deve alcançar a todos. A inclusão social deve ser um dos pilares fundamentais de sua filosofia, possibilitando que todas as pessoas façam uso de seu direito à educação.

Dentre as políticas de Educação Inclusiva estão àquelas relacionadas aos alunos com necessidades especiais (tais como visuais, auditivas e de locomoção), assim como aquelas condizentes com a política de inclusão social, cultural e econômica. Implicando a inserção de todos, sem discriminação de condições linguísticas, sensoriais, cognitivas, físicas, emocionais, étnicas ou socioeconômicas e requer sistemas educacionais

planejados e organizados que deem conta da diversidade de alunos e ofereçam respostas adequadas às suas características e necessidades.

O compromisso da UEMA com essas questões está explicitado no Programa de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais. Desde o momento em que foi aprovada a Resolução nº 231/00 de 29 de fevereiro de 2000, que instituiu o Núcleo Interdisciplinar de Educação Especial, esta tem sido uma das premissas do desenvolvimento desta IES. Dentre outras ações afirmativas, a resolução assegura condições de atendimento diferenciado nos campi da Instituição para estudantes com necessidades especiais.

A existência de condições de acesso fortalece o compromisso institucional com a garantia de acessibilidade. Diante disso, foi instituído pela Resolução nº 886/2014 de 11 de dezembro de 2014, a Comissão de Acessibilidade como segmento do Núcleo de Acessibilidade da UEMA (NAU), vinculado à Reitoria.

O NAU tem a finalidade de proporcionar condições de acessibilidade e garantir a permanência às pessoas com necessidades educacionais especiais no espaço acadêmico, incluindo todos os integrantes da comunidade acadêmica. O Núcleo operacionaliza suas ações baseado em diretrizes para uma política inclusiva a qual representa uma importante conquista para a educação, contribuindo para reduzir a evasão das pessoas com necessidades educacionais especiais. O objetivo do NAU é viabilizar condições para expressão plena do potencial do estudante durante o ensino e aprendizagem, garantindo sua inclusão social e acadêmica nesta Universidade.

Outras políticas institucionais de apoio ao discente quanto à permanência implementadas foram: a criação do Programa Bolsa de Trabalho (Resolução nº 179/2015 - CAD/UEMA); a instituição do Programa Auxílio Alimentação, como incentivado pecuniário mensal de caráter provisório em campi em que não existem restaurantes universitários (Resolução nº 228/2017 - CAD/UEMA); o Programa Auxílio Moradia, viabilizando a permanência dos estudantes na universidade cujas famílias residam em outro país, estado ou município diferente dos campi de vínculo (Resolução nº 230/2017 - CAD/UEMA); o Programa Auxílio Creche que disponibiliza ajuda financeira aos discentes (Resolução nº 229/20157 - CAD/UEMA); criação do Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional e Nacional para discentes dos cursos de graduação e pós-graduação (PROMAD).

A UEMA acredita que as políticas de educação inclusiva proporcionam um ambiente favorável à aquisição de igualdade de oportunidade e participação total das

pessoas com deficiências no processo de aprendizagem. O sucesso delas requer um esforço claro, não somente por parte dos professores e dos profissionais da educação, mas também por parte dos colegas, pais, famílias e voluntários.

As políticas adotadas reconhecem as necessidades diversas dos alunos, acomodando os estímulos e ritmos da aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de metodologias de ensino apropriadas, arranjos organizacionais, uso de recursos diversificados e parceria com as organizações especializadas.

Atento à sua responsabilidade social a UEMA adota as seguintes políticas para as pessoas com deficiência através do NAU:

I. Para alunos com deficiência visual, a Instituição pode proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo:

- Sistema de síntese de voz, impressora Braille acoplada a microcomputador ou máquina de datilografia Braille;
- Gravador e fotocopiadora que amplie textos;
- Aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio;
- Software de ampliação de tela;
- Equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com baixa visão;
- Lupas, régua de leitura;
- Scanner acoplado a microcomputador; e,
- Aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille;

II. Para alunos com deficiência auditiva, a Instituição pode proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso:

- Intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, completando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
- Flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico; e, aprendizado da língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita, para uso do vocabulário pertinente à matéria do curso em que o estudante estiver matriculado.

III. Para alunos com deficiência física, a Instituição pode proporcionar:

- Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo;
- Reserva de vagas em estacionamento nas proximidades das unidades de serviços;
- Rampas com corrimãos facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- Portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- Barras de apoio nas paredes dos banheiros; e, lavabos, bebedouros;

IV. Para alunos com TEA (autismo infantil, autismo atípico, síndrome de Rett, síndrome de Asperger, transtorno desintegrativo da infância e transtorno geral do desenvolvimento não especificado):

- Acompanhamento de monitores, atendimento psicomotor, atendimento fonoaudiólogo e outros.

V. Para alunos com transtorno específico de aprendizagem:

- Acompanhamento com equipe multidisciplinar do NAU (psicopedagogos, pedagogos, fonoaudióloga)

VI. Para os professores e pessoal técnico, programa de capacitação para a educação inclusiva, constando, especialmente, da oferta de:

- Informações sobre as características essenciais necessárias ao aprendizado dos alunos com deficiência;
- Cursos, seminários ou eventos similares, ministrados por especialistas; cursos para o entendimento da linguagem dos sinais.

VII. Para comunidade social, a oferta de:

- Campanhas de sensibilização e de motivação para a aceitação das diferenças;
- Parcerias com as corporações profissionais e com as entidades de classe (sindicatos, associações, federações, confederações etc.) com o objetivo de ações integradas Escola/Empresa/Sociedade Civil organizada para o reconhecimento

dos direitos das pessoas com deficiências sociais como direitos humanos universais;

- Integração Escola/Empresas para a oferta de estágios profissionais, incluindo empregos permanentes, com adequadas condições de atuação para os alunos com deficiência.

1.5 Competências e habilidades

Conforme o que determina as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (BRASIL, 2006, p.02):

Art. 5º O egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a:

I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

II - compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;

III - fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

IV - trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;

V - reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;

VI - ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;

VII - relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;

VIII - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

IX - identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

X - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;

XI - desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;

XII - participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico; XIII - participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares; XIV - realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a

realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental- ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;

XV - utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;

XVI - estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.

1.6 Perfil profissional do egresso

O Licenciado em Pedagogia ou Pedagogo é o professor que planeja, organiza e desenvolve atividades e materiais relativos à Educação Básica. Sua atribuição central é a docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, que requer sólidos conhecimentos sobre os fundamentos da Educação, sobre seu desenvolvimento histórico e suas relações com diversas áreas; assim como sobre estratégias para transposição do conhecimento pedagógico em saber escolar. Além de trabalhar diretamente na sala de aula, o licenciado elabora e analisa materiais didáticos, como livros, textos, vídeos, programas computacionais, ambientes virtuais de aprendizagem, entre outros. Realiza ainda pesquisas em Educação Básica, coordena e supervisiona equipes de trabalho. Em sua atuação, prima pelo desenvolvimento do educando, incluindo sua formação ética, a construção de sua autonomia intelectual e de seu pensamento crítico.

1.7 Regime Escolar

Prazo para integralização curricular	Mínimo	Máximo
	8 semestres (4 anos)	12 semestres (6 anos)
Regime	Semestral	
Dias anuais úteis	200	
Dias úteis semanais	06	
Semanas matrículas semestrais	01	
Carga horária do currículo	3.435h	
Total de créditos	183	
Horários de funcionamento*	Turno matutino (7h30min - 12h 30min) Turno vespertino (13h30min – 18h30min) Turno noturno (19h30min – 21h50min)	

* O funcionamento do Curso de Pedagogia obedece ao disposto na Resolução nº 1233/2016-CEPE/UEMA, que regulamenta a hora-aula e horários nos cursos de graduação da Universidade Estadual do Maranhão, utilizando o sábado como dia letivo.

1.8 Conteúdos curriculares

História, Filosofia e Sociologia da Educação; Fundamentos da Infância; Didática; Pesquisa e Prática Pedagógica; Alfabetização e Letramento; Conteúdos e Métodos: da Educação Infantil, da Educação de Jovens e Adultos, do Ensino da Língua Portuguesa, da Matemática, da História, da Geografia, das Ciências, das Artes e da Educação Física; Psicologia da Educação; Psicopedagogia; Educação Comparada; Educação Não-Formal; Legislação Educacional; Organização do Trabalho Docente; Teoria e Prática de Currículo; Políticas Educacionais; Gestão Educacional e Escolar; Planejamento Educacional e de Ensino; Avaliação Educacional e de Ensino; Literatura Infanto-Juvenil; Tecnologias da Informação e Comunicação aplicadas à Educação; Educação Inclusiva; Probabilidade e Estatística; Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); Pluralidade Cultural e Orientação Sexual; Ética e Meio Ambiente; Relações Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS).

1.9 Matriz Curricular

O Curso de Pedagogia Licenciatura da UEMA/CESC atende às recomendações da Resolução nº 2/2015, que institui a duração e a carga horária dos cursos de formação de professores da Educação Básica em nível superior, reafirmadas pela Resolução 1264/2017.

A estrutura curricular do Curso de Pedagogia Licenciatura observa as determinações legais presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº. 9.394/96), nos Pareceres CNE/CP nº 09/2001, nº 27/2001 e nº 28/2001, nas Resoluções CNE/CP nº 01/2002 e nº 02/2002, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Licenciatura em Pedagogia (Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006), bem como nos Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Licenciatura de 2010, que norteiam as instituições formadoras, definem o perfil, a atuação e os requisitos básicos necessários à formação profissional do Pedagogo, quando estabelece

competências e habilidades, conteúdos curriculares, estágios e atividades complementares desenvolvidas nos cursos de formação de professores.

A matriz curricular do curso está organizada por disciplinas em regime semestral, distribuídas em três núcleos de organização dos conteúdos, conforme determina o art. 12 da Resolução CNE/CP nº 2/2015, de 1º de julho de 2015, a saber:

I – núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias e das diversas realidades educacionais;

II – núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizadas pelo projeto pedagógico dos cursos, em sintonia com os sistemas de ensino, que, atendendo às demandas sociais, oportunizará outras possibilidades;

III – núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular, compreendendo a participação em várias atividades.

Enfatizamos que o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes/ENADE também constitui um componente curricular obrigatório do curso, conforme a Lei 10.861/2004, sendo inscrito no histórico escolar dos estudantes a situação de regularidade com o exame.

1.9.1 Estrutura Curricular

ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA						
Vigência: a partir de 2018.2						
Ord.	1º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total
				Teóricos	Práticos	
1	Leitura e Produção Textual	NC	60	4	0	4
2	Introdução à Pedagogia	NE	60	4	0	4
3	Filosofia	NC	60	4	0	4
4	Sociologia	NC	60	4	0	4
5	Psicologia	NC	60	4	0	4
6	Metodologia Científica	NC	60	4	0	4
SUBTOTAL			360	24	0	24
Ord.	2º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total
				Teóricos	Práticos	
1	Fundamentos Antropológicos da Educação*	NE	60	4	0	4
2	Filosofia da Educação*	NC	60	4	0	4
3	Sociologia da Educação*	NC	60	4	0	4
4	Psicologia do Desenvolvimento	NE	60	4	0	4
5	História da Educação*	NE	60	4	0	4
6	Prática Curricular na Dimensão Político-Social	NE	135	0	3	3
SUBTOTAL			435	20	3	23
Ord.	3º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total
				Teóricos	Práticos	

1	Psicologia da Aprendizagem	NE	60	4	0	4
2	História da Educação Brasileira*	NE	60	4	0	4
3	Ludicidade e Educação	NE	60	4	0	4
4	Linguística Aplicada e Ensino	NE	60	4	0	4
5	Currículo*	NC	60	4	0	4
6	Prática Curricular na Dimensão Educacional	NE	135	0	3	3
SUBTOTAL			435	20	3	23
Ord.	4º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total
				Teóricos	Práticos	
1	Metodologia da Pesquisa em Educação	NE	60	4	0	4
2	Avaliação Educacional e Escolar*	NC	60	4	0	4
3	Política Educacional Brasileira*	NC	60	4	0	4
4	Didática*	NC	60	4	0	4
5	Fundamentos e Metodologia da Educação Infantil	NE	60	4	0	4
6	Prática Curricular na Dimensão Escolar	NE	135	0	3	3
SUBTOTAL			435	20	3	23
Ord.	5º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total
				Teóricos	Práticos	
1	Letramento e Alfabetização	NE	60	4	0	4
2	Educação Especial e Inclusiva	NC	60	4	0	4
3	Literatura Infanto-Juvenil	NE	60	4	0	4
4	Fundamentos e Metodologia do Ensino de Ciências Naturais	NE	60	4	0	4
5	Fundamentos e Metodologia do Ensino da Arte	NE	60	4	0	4

6	Fundamentos e Metodologia do Ensino da Matemática	NE	60	4	0	4
SUBTOTAL			360	24	0	24
Ord.	6º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total
				Teóricos	Práticos	
1	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	NC	60	4	0	4
2	Fundamentos e Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa	NE	60	4	0	4
3	Fundamentos e Metodologia do Ensino de História	NE	60	4	0	4
4	Fundamentos e Metodologia do Ensino de Geografia	NE	60	4	0	4
5	Projeto de Pesquisa	NE	60	4	0	4
6	Estágio Curricular Supervisionado na Educação Infantil	NE	135	0	3	3
SUBTOTAL			435	20	3	23
Ord.	7º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total
				Teóricos	Práticos	
1	História da Educação do Maranhão	NE	60	4	0	4
2	Planejamento Educacional e Escolar*	NE	60	4	0	4
3	Organização do Trabalho Pedagógico	NE	60	4	0	4
4	Gestão Educacional e Escolar*	NC	60	4	0	4
5	Optativa I	NL	60	4	0	4
6	Estágio Curricular Supervisionado nos anos iniciais do Ensino Fundamental	NE	135	0	3	3
SUBTOTAL			435	20	3	23

Ord.	8º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total
				Teóricos	Práticos	
1	Fundamentos e Metodologia de Educação de Jovens e Adultos	NE	60	4	0	4
2	Educação e relações étnico-raciais	NC	60	4	0	4
3	Optativa II	NL	60	4	0	4
4	Estágio Curricular Supervisionado em Áreas Específicas	NE	135	0	3	3
5	Atividades Teórico-Práticas - ATP	-	225	0	5	5
6	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	-	-	-	-	-
SUBTOTAL			540	12	8	20
CARGA HORÁRIA E CRÉDITOS TOTAIS DO CURSO			3.435	160	23	183

* Disciplinas de Formação Pedagógica

Disciplinas de Núcleo Comum

NÚCLEO COMUM					
Ord.	DISCIPLINAS	CH	Créditos		Total
			Teóricos	Práticos	
1	Leitura e Produção Textual	60	4	0	4
2	Filosofia	60	4	0	4
3	Sociologia	60	4	0	4
4	Psicologia	60	4	0	4
5	Metodologia Científica	60	4	0	4
6	Filosofia da Educação	60	4	0	4

7	Sociologia da Educação	60	4	0	4
8	Currículo	60	4	0	4
9	Avaliação Educacional e Escolar	60	4	0	4
10	Política Educacional Brasileira	60	4	0	4
11	Didática	60	4	0	4
12	Educação Especial e Inclusiva	60	4	0	4
13	Língua Brasileira de Sinais – Libras	60	4	0	4
14	Gestão Educacional e Escolar	60	4	0	4
15	Educação e relações étnico-raciais	60	4	0	4
TOTAL		900	60	0	60

Disciplinas de Núcleo Específico

NÚCLEO ESPECÍFICO					
Ord.	DISCIPLINAS	CH	Créditos		Total
			Teóricos	Práticos	
1	Introdução à Pedagogia	60	4	0	4
2	Fundamentos Antropológicos da Educação	60	4	0	4
3	Psicologia do Desenvolvimento	60	4	0	4
4	História da Educação	60	4	0	4
5	Psicologia da Aprendizagem	60	4	0	4
6	História da Educação Brasileira	60	4	0	4

7	Ludicidade e Educação	60	4	0	4
8	Linguística Aplicada e Ensino	60	4	0	4
9	Prática Curricular na Dimensão Político-Social	135	0	3	3
10	Metodologia da Pesquisa em Educação	60	4	0	4
11	Fundamentos e Metodologia da Educação Infantil	60	4	0	4
12	Letramento e Alfabetização	60	4	0	4
13	Prática Curricular na Dimensão Educacional	135	0	3	3
14	Prática Curricular na Dimensão Escolar	135	0	3	3
15	Literatura Infanto-Juvenil	60	4	0	4
16	Fundamentos e Metodologia do Ensino de Ciências Naturais	60	4	0	4
17	Fundamentos e Metodologia do Ensino da Arte	60	4	0	4
18	Fundamentos e Metodologia do Ensino da Matemática	60	4	0	4
19	Fundamentos e Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa	60	4	0	4
20	Fundamentos e Metodologia do Ensino de História	60	4	0	4
21	Fundamentos e Metodologia do Ensino de Geografia	60	4	0	4
22	Projeto de Pesquisa	60	4	0	4
23	Estágio Curricular Supervisionado na Educação Infantil	135	0	3	3

24	História da Educação do Maranhão	60	4	0	4
25	Planejamento Educacional e Escolar	60	4	0	4
26	Organização do Trabalho Pedagógico	60	4	0	4
27	Estágio Curricular Supervisionado nos anos iniciais do Ensino Fundamental	135	0	3	3
28	Fundamentos e Metodologia de Educação de Jovens e Adultos	60	4	0	4
29	Estágio Curricular Supervisionado em Áreas Específicas	135	0	3	3
TOTAL		2190	92	18	110

Disciplinas de Núcleo Livre (Optativas)

NÚCLEO LIVRE					
Cód.	DISCIPLINAS	CH	Créditos		Total
			Teóricos	Práticos	
1	Tópicos Emergentes em...	60	4	0	4
2	Educação Popular e Movimentos Sociais	60	4	0	4
3	Estatística Aplicada à Educação	60	4	0	4
4	Educação em Espaços Não Escolares	60	4	0	4
5	Educação e Diversidade Cultural	60	4	0	4
CARGA HORÁRIA TOTAL EXIGIDA PARA INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR		120 h			

1.9.2 Ementários e Referências das Disciplinas do Curso

1º PERÍODO	
DISCIPLINA: LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL	CH: 60
<p>EMENTA: Linguagem. Texto e textualidade. Gramática do texto, Critérios para a análise da coerência e da coesão. Intertextualidade. Prática de leitura e produção de textos.</p>	
<p>REFERENCIAS BASICAS CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2012. KOCH, Ingedore G. V.; ELIAS, Vanda Maria. Escrever e argumentar. São Paulo: Contexto, 2016. KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Carlos Luiz. A coerência textual. São Paulo: Contexto, 2013. MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucena, 2002.</p>	
<p>REFERENCIAS COMPLEMENTARES KOCH, Ingedore G. Villaça. A coesão textual. São Paulo: Contexto, 2013. PLATÃO, Fiorin. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 1998. TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramaticando 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 1996.</p>	
DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À PEDAGOGIA	CH: 60
<p>EMENTA: A Pedagogia em seu desenvolvimento histórico como ciência e <i>lôcus</i> de formação do educador, no contexto geral e brasileiro. A Pedagogia e o pedagogo nas diretrizes curriculares nacionais. A profissão do pedagogo e os desafios atuais da Pedagogia no Brasil.</p>	
<p>REFERENCIAS BASICAS BRANDÃO, C. Rodrigues. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 2006. BRZEZINSKI, Iria. Pedagogia, pedagogo e formação de professores: busca e movimento. Campinas, São Paulo, Papyrus, 2000. LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos para quê? São Paulo, 6ª Cortez, 2002. PIMENTA, S. Garrido.(cood.). Pedagogia, ciência da educação? São Paulo: Cortez, 2001. SILVA, C. S. B. da. Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.</p>	

REFERENCIAS COMPLEMENTARES	
<p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessário à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.</p> <p>GHIRALDELLI, J. Paulo. O que é pedagogia. São Paulo: Brasiliense, 2010.</p> <p>PERRENOUD, Philip. Dez novas competências para ensinar. Porto Alegre. Artmed, 2000.</p>	
DISCIPLINA: FILOSOFIA	CH: 60
EMENTA: O conhecimento filosófico: natureza e objeto. Fundamentação filosófica do homem e do mundo. A crítica do conhecimento. A sociedade, o estado e os valores no tempo e no espaço. As correntes filosóficas e a realidade.	
REFERENCIAS BASICAS	
<p>ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. Temas de Filosofia. 3. ed. rev. São Paulo: Moderna, 2005.</p> <p>BORRADORI, Giovanna. Filosofia em tempo de terror: diálogos com Habermas e derrida. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.</p> <p>BUZZI, Arcângelo R. Introdução ao pensar. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.</p> <p>CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. 5. ed. São Paulo: Ática, 2005.</p> <p>HRYNIEWICZ, Severo. Para filosofar: introdução à Filosofia e História da Filosofia. 6. ed. rev. E ampl. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.</p>	
REFERENCIAS COMPLEMENTARES	
<p>CORDI, Cassiano et al. Para filosofar. Ed. Scipione 2003.</p> <p>MARCONDES, Danilo. Textos básicos de Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.</p> <p>MONDIN, Battista. Introdução à Filosofia: problemas, sistemas, autores e obras. 15. ed. São Paulo: Paulus, 2004.</p>	
DISCIPLINA: SOCIOLOGIA	CH: 60
EMENTA: A Sociologia no campo do conhecimento: objeto e origem histórica. Análise da realidade social. Conceitos. Teorias sociológicas clássicas e contemporâneas. Estado, Sociedade e organizações sociais. Classes e mudanças na sociedade brasileira.	
REFERENCIAS BASICAS	
<p>ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.</p> <p>BOTTOMORE, T. B. Introdução à sociologia. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.</p> <p>COSTA, C. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. SP: Ed. Moderna, 2001.</p> <p>DEMO, Pedro. Introdução à sociologia: complexidade, interdisciplinariedade e desigualdade social. 53 ed. São Paulo: Atlas, 2002. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.</p>	

DURKHEIN, Émile. As regras do método sociológico: texto integral. São Paulo-SP: Martin Claret, 2008.

REFERENCIAS COMPLEMENTARES

GARCIA, Regina Leite (Org.). Aprendendo com os movimentos sociais. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

GUARESCHI, Pedrinho. Sociologia crítica: alternativas de mudança. 53. ed. Porto Alegre: EDIPURCRS, 2003. , 2008.

SOARES, Francisco Lima. Introdução à sociologia. Imperatriz: Ética, 2009.

DISCIPLINA: PSICOLOGIA

CH: 60

EMENTA: Fundamentos da Psicologia: história, métodos e atualidades. A dimensão psicossocial do indivíduo: comportamento humano. Os processos psíquicos e a formação das personalidades.

REFERENCIAS BASICAS

COLL, Cesar; PALACIOS, Jesus; MARCHESI, Alvaro (org.). Desenvolvimento psicológico e educação. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. GLEITMAN, H. Psicologia. 6 ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T.; BOCK, A. M. B.. Uma Introdução ao Estudo de Psicologia. 14 ed. Saraiva, 2009. FIGUEIREDO, L. C. M.. Matrizes do Pensamento Psicológico. 9 ed. Vozes, 2002.

GLEITMAN, H. Psicologia. 6 ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

SKINNER, B. F.. Ciência e Comportamento Humano. 11 ed. Martins, 2011.

REFERENCIAS COMPLEMENTARES

BARROS, C.S.G. Pontos de Psicologia Geral. São Paulo: Ática, 2001.

BOCK, Ana M.B. Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia. SP: Saraiva, 2002. BRAGHIOLLI, Elaine Maria. et.al. Psicologia Geral. Petrópolis: Vozes, 2007.

DISCIPLINA: METODOLOGIA CIENTÍFICA

CH: 60

EMENTA: Epistemologia do conhecimento científico. A questão do método e do processo do conhecimento científico. Pressupostos básicos do trabalho científico. Pesquisa como atividade básica da ciência. Normalização do trabalho acadêmico – científico.

REFERENCIAS BÁSICAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

BARROS, A. J.; LENFEILD, N. A. S. Projeto de pesquisa: propostas

<p>metodológicas. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. DEMO, Pedro. <i>Introdução à metodologia da ciência</i>. São Paulo: Atlas, 2001. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. <i>Fundamentos de metodologia científica</i>. São Paulo: Atlas, 2003. SEVERINO, Antônio Joaquim. <i>Metodologia do trabalho científico</i>. 21. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2000.</p>	
<p>REFERENCIAS COMPLEMENTARES</p> <p>ANDRADE, Maria Margarida de. <i>Introdução à metodologia do trabalho científico</i>. São Paulo: Atlas, 2000. BURGE, Mario. <i>Ciência e desenvolvimento</i>. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. HÜHNE, Leda Miranda. <i>Metodologia científica: caderno de textos e técnicas</i>. 7. ed. e 5. impressão. Rio de Janeiro: AGIR, 2002.</p>	
<p>2º PERÍODO</p>	
<p>DISCIPLINA: FUNDAMENTOS ANTROPOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO</p>	<p>CH: 60</p>
<p>EMENTA: A formação da Antropologia como ciência: marcos para uma história do pensamento antropológico, construção e desenvolvimento da Antropologia. O homem, a cultura e a sociedade: conceitos que fazem a interface entre Antropologia e Educação. Antropologia, educação e diversidade: as contribuições da Antropologia para um trabalho pedagógico que valorize a diversidade étnico-cultural. Multiculturalismo e educação. A questão da identidade étnica na sala de aula.</p>	
<p>REFERENCIAS BASICAS</p> <p>CANCLINI, Nelson Garcia. <i>Culturas Híbridas</i>. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2006. DA MATTA, Roberto. <i>Relativizando: Uma introdução à antropologia social</i>. S/ao Paulo: Rocco Ed. 2005. LAPLANINE, François. Aprender antropologia. São Paulo. Brasiliense, 2000. LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro, 20ª ed. Jorge Zahar Editor, 2006. MARCONI, Marina de Andrade e PRESOTTO, Zélia Maria Neves. Antropologia: uma introdução. 6 ed. São Paulo: Atlas 2005.</p>	
<p>REFERENCIAS COMPLEMENTARES</p> <p>CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. <i>Paisagens, textos e identidade</i>. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2004. CUCHE, Denys. <i>A noção de cultura nas ciências sociais</i>. São Paulo: EDUSC, 2004. GOFFMAN, Ervin. <i>A representação do eu na vida cotidiana</i>. Petrópolis: Vozes, 2007.</p>	
<p>DISCIPLINA: FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO</p>	<p>CH: 60</p>
<p>EMENTA: Filosofia da Educação e suas raízes históricas. Fundamentos filosóficos da educação: concepção humanista — tradicional e moderna. A Filosofia da práxis e a dimensão ontológica da educação, Problemas básicos em Filosofia da Educação. Educando e educador: ideologia e utopia, repressão e libertação. Filosofia da</p>	

educação no contexto brasileiro.	
REFERENCIAS BASICAS	
<p>ASSMANN, Hugo. Reencantar a Educação: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.</p> <p>COTRIM, Gilberto. Fundamentos da filosofia: história e grandes temas. 15ed. São Paulo: Saraiva, 2000.</p> <p>GHIRALDELLI JR, Paulo. Filosofia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.</p> <p>MANACORDA, Mário. Marx e a pedagogia moderna. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>SAVIANI, Demerval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. Campinas: Autores associados, 2013.</p>	
REFERENCIAS COMPLEMENTARES	
<p>GHIRALDELLI JR. P. O que você precisa saber em filosofia da educação. Rio de Janeiro: DPA, 2001.</p> <p>MARX, Karl. Manifesto Comunista. In: MONDIN, Batista. Introdução à Filosofia: problemas, sistemas, autores, obras. 13 ed. São Paulo: Paulus, 2002.</p> <p>OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno. Filosofia da Educação: Reflexões e Debates. 2 ed. Petrópolis, Vozes, 2011. PLATÃO. A República. São Paulo: Martin Claret, 2000.</p>	
DISCIPLINA: SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	CH: 60
EMENTA: Teorias sociológicas da educação: estudo das concepções teóricas nas perspectivas não crítica e crítica. Educação: estabilidade e conflito social. Sociedade, Educação, Cultura e valores. A Nova Sociologia da Educação.	
REFERENCIAS BASICAS	
<p>CARVALHO, Alonso B., EDUCAÇÃO E LIBERDADE EM MAX WEBER. Rio de Janeiro, Ijuí, 2004.</p> <p>GIDDENS, Anthony, SOCIOLOGIA. 4ª ed. Porto Alegre, Artmed, 2005.</p> <p>GOMES, Cândido Alberto. A educação em novas perspectivas sociológicas. São Paulo, EPU, 2005.</p> <p>MEUCCI, Simone. Institucionalização da sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos. 1. ed. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2011.</p> <p>RODRIGUES, Alberto T., Sociologia da Educação. Rio de Janeiro: DP&A: 2000.</p>	
REFERENCIAS COMPLEMENTARES	
<p>NEVES, Clarissa Eckert Baeta. “Estudos sociológicos sobre educação no Brasil.” In: MICELI, Sérgio (org.) O que ler na Ciência Social brasileira (1970-2002). São Paulo: ANPOCS: Editora Sumaré, 2002. p. 351- 438</p> <p>SILVA, Tomás Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2007</p> <p>TOSCANO, Moema. Introdução a Sociologia Educacional. 10a ed. Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2001.</p>	

DISCIPLINA: PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO	CH: 60
EMENTA: Fundamentação da Psicologia do Desenvolvimento. Processo de desenvolvimento humano. Caracterização da infância, adolescência e contexto social. As teorias do desenvolvimento. A atuação docente no desenvolvimento de crianças e adolescentes.	
REFERENCIAS BASICAS	
<p>BEE, H. A criança em desenvolvimento. 9ª ed. Porto Alegre: ARTEMED, 2003.</p> <p>BIAGGIO, A. M. B. Psicologia do desenvolvimento. Petrópolis, 17ª ed. Vozes, 2003.</p> <p>COLL, César. et.al. Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva. Porto Alegre: Artmed, 2004. V.1.</p> <p>CÓRIA-SABINI., M. Aparecida. Psicologia do Desenvolvimento. São Paulo, 2ª ed. Ática: 2001.</p> <p>RAPPAPORT, C. Regina et. al. Psicologia do desenvolvimento: conceitos fundamentais. São Paulo, EPU, 2007. V 1.</p>	
REFERENCIAS COMPLEMENTARES	
<p>ARMSTRONG, Thomas. Inteligências múltiplas na sala de aula. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.</p> <p>BARROS, C. S. Guimarães. Pontos de psicologia do desenvolvimento. 12 ed. São Paulo: Ática, 2000.</p> <p>GUTIERRA, Beatriz C. Cruz. Adolescência, psicanálise e educação - o mestre possível de adolescentes. São Paulo: Avercamp, 2003.</p>	
DISCIPLINA: HISTORIA DA EDUCAÇÃO	CH: 60
EMENTA: Abordagens teórico-metodológicos no campo da investigação da história e da história da educação. Educação Primitiva. Antiguidade Oriental. Antiguidade Grega. Antiguidade Romana. Educação Medieval. Educação Moderna. Educação Contemporânea.	
REFERENCIAS BASICAS	
<p>ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa. O legado educacional do século XX no Brasil. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2006.</p> <p>ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2000. HILSDORF, Mª Lúcia Speedo. O Aparecimento da Escola Moderna. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.</p> <p>ROMANELLI, O. de O. História da Educação no Brasil. 36 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.</p> <p>SAVIANI, D. História das Idéias Pedagógicas no Brasil. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2010</p>	
REFERENCIAS COMPLEMENTARES	
<p>RIBEIRO, Maria Luisa S. História da Educação Brasileira: A Organização Escolar. Campinas – SP: Autores Associados, 2003.</p> <p>SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 18. ed.,</p>	

<p>rev. Campinas: Autores Associados, 2009. SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C. (Orgs.). História, educação e transformação - Tendências e perspectivas para a educação pública no Brasil. São Paulo, SP: Autores Associados, 2011.</p>	
<p>DISCIPLINA: PRÁTICA CURRICULAR NA DIMENSÃO POLÍTICO-SOCIAL</p>	<p>CH: 135</p>
<p>EMENTA: Atividade investigativa, no contexto educacional, de articulação entre os demais componentes curriculares, as diversas disciplinas e áreas específicas de interesse do estudante à dimensão político social da Educação, proporcionando a compreensão das funções social e política da escola, envolta por problemáticas sociais, culturais e educacionais, em uma visão interdisciplinar e multidisciplinar.</p>	
<p>REFERENCIAS BASICAS</p> <p>HENDGES, Graciela Rabuske; MOTTA-ROTH, Désirée. Produção textual na Universidade. São Paulo: Parábolas, 2010. LÜDEK, Menga (Coord). O professor e a pesquisa. Campinas, SP: Papyrus, 2001. _____; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. Rio de Janeiro: EPU, 2014. MARTINS, Jorge Santos. Projetos de pesquisa: estratégias de ensino e aprendizagem em sala de aula. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2005. MEKSENAS, Paulo. Pesquisa social e ação pedagógica: conceitos, métodos e práticas. São Paulo: Loyola, 2002.</p>	
<p>REFERENCIAS COMPLEMENTARES</p> <p>MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. MOROZ, Melania e GIANFALDONI, Mônica Helena T. Alves. O processo de pesquisa: iniciação. Brasília: Plano, 2002. SZYMANSKI, Heloisa. A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva. Brasília: Liber Livro, 2011.</p>	
<p>3º PERÍODO</p>	
<p>DISCIPLINA: PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM</p>	<p>CH: 60</p>
<p>EMENTA: Concepções de Psicologia da Educação. Fatores psicológicos e o processo ensino-aprendizagem. As teorias da aprendizagem e suas implicações no processo ensino-aprendizagem. Dificuldades de aprendizagem no contexto escolar.</p>	
<p>REFERENCIAS BASICAS</p> <p>BOCK, Ana Mercês Bahia, FURTADO, Odair, TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi: Psicologia-uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo. Saraiva, 2005. BRAGHIROLI, Elaine Maria, et. all. Psicologia Geral. Petrópolis: Vozes, 2000. CAMPOS, Dinah Martins de Sousa. Psicologia da Aprendizagem. 33ª ed.</p>	

Petrópolis: Vozes, 2003. GOULART, Íris Barbosa. Psicologia da Educação: Fundamentos e aplicações à prática pedagógica . 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003. PIAGET, Jean. Psicologia e pedagogia . Rio de Janeiro, 9ª ed. Florense, Universitária 2003.	
REFERENCIAS COMPLEMENTARES SANTOS, M.S.dos; XAVIER, A.S.; NUNES, A.I.B. Psicologia do desenvolvimento teorias e temas contemporâneos. Brasília: Liber Livro, 2009. GOULART, Iris Barbosa. Piaget: experiências básicas para utilização pelo professor. 21. ed. rev. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. COLL, César. (et all.) O construtivismo na sala de aula. 6.ed. São Paulo: Ática, 2009.	
DISCIPLINA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	CH: 60
EMENTA: A educação no contexto histórico da formação do Estado Brasileiro: período Colonial até os dias atuais. A educação no contexto neoliberal. Educação maranhense: aspectos sócio-histórico, políticos e legais.	
REFERENCIAS BASICAS ARANHA, Mª L. de Arruda. História da Pedagogia e da Educação – geral e do Brasil . 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2006. GUIRALDELLI JR., Paulo. História da Educação Brasileira . São Paulo: Cortez, 2009. 4ª ed HILSDORF, Mª Lúcia Spedo. História da Educação Brasileira - leituras . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. MONTEIRO, A. Reis. História da Educação: do antigo “direito de educação” ao novo “direito à educação” . São Paulo: Cortez, 2006. SAVIANI, Demerval. História das Idéias Pedagógicas no Brasil . Campinas, SP: Autores Associados, 2010.	
REFERENCIAS COMPLEMENTARES RIBEIRO, M. L. S. História da educação brasileira . 19ª ed. SP: Autores Associados, 2001. ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil: 1930 – 1973 . Petrópolis: Vozes, 2001. 25ª ed. TEIXEIRA, E. Marta; FARIA FILHO, Luciano M. de & VEIGA, Cynthia Greive. 500 Anos de Educação no Brasil . Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 4ª ed.	
DISCIPLINA: LUDICIDADE E EDUCAÇÃO	CH: 60
EMENTA: Concepções sobre ludicidade. O lúdico e o desenvolvimento integral da criança. A história e a importância das brincadeiras e dos jogos. O direito de brincar na legislação brasileira. Práticas pedagógicas lúdicas para o processo ensino aprendizagem de crianças da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.	

REFERENCIAS BASICAS

ALMEIDA, Danielle Barbosa Lins de. Sobre brinquedos e infância: aspectos da experiência e da cultura do brincar. Educ. Soc. [online]. 2006, vol.27, n.95, pp. 541-551. ISSN 0101-7330.

ANTUNES, Celso. Da hora da brincadeira e da aprendizagem para uma nova concepção sobre o papel do brincar. In: ANTUNES, Celso. Educação Infantil: prioridade imprescindível. Rio de Janeiro : Vozes, 2007.

BROUGÉRE, Gilles. A criança e a cultura lúdica. In: KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O brincar e suas teorias. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

KUHLMANN JR., Moysés. Infância, história e educação. In: KUHLMANN JR., Moysés. Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre : Editora Mediação, 2004.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. São Paulo: Cortez, 2000.

REFERENCIAS COMPLEMENTARES

CATUNDA, Ricardo. Brincar. Criar, Vivenciar na escolar. Ed. Sprint, RJ, 2005.

NAJMANOVICH, Denise. Pensar/Viver: a corporalidade para além do dualismo. In: GARCIA, Regina Leite (org.). O corpo que fala: dentro e fora da escola. Rio de Janeiro : DP&A, 2002.

VERDEN – ZÖLLER, Gerda. O brincar na relação materno-infantil: fundamentos biológicos da consciência social. In: MATURANA, Humberto R. e VERDEN – ZÖLLER, Gerda. Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano. São Paulo: Palas Athena, 2004.

DISCIPLINA: LINGUÍSTICA APLICADA E ENSINO

CH: 60

EMENTA: A Linguística Aplicada como área de conhecimento e pesquisa: da sua emergência à sua configuração na atualidade. Teorias linguísticas e ensino de língua portuguesa na escola. O ensino e a aprendizagem da língua portuguesa na escola: prática de leitura e produção de textos em sala de aula.

REFERENCIAS BASICAS

CARVALHO, Castelar de. Para compreender Saussure. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. DAMIANOVIC, M C O linguísta aplicado: de um aplicador de saberes a um ativista político. Linguagem & Ensino, Vol. 8, No. 2, 2005 (181-196)

FINGER, I, QUADROS, R.M. Teorias de Aquisição de Linguagem. 2007.

MONTE MÓR, Walkyria. Línguas Estrangeiras, Educação e os Novos Letramentos. In: III SELI-UNI Simpósio de Estudos Linguísticos e Literários da UNICENTRO. 2007, Guarapuava. Texto, Memória e Diferença Cultural. Guarapuava: Editora UNICENTRO, 2007. p. 09-21.

SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Linguística Geral. 27 ed. São Paulo: Cultrix, 2006

REFERENCIAS COMPLEMENTARES

BENTES, Anna Christina; MUSSALIM, Fernanda. Introdução à Linguística. Vol. 1, 2 e 3. São Paulo: Cortez, 2001.

CARBONI, Florence. Introdução à Linguística. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

LOPES, Edward. Fundamentos de Linguística Contemporânea. 1 ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

DISCIPLINA: CURRÍCULO	CH: 60
<p>EMENTA: História e Concepções de Currículo. Teorias curriculares. Políticas curriculares: legislação e Base Nacional Comum Curricular e propostas curriculares. Fundamentos e metodologia de organização curricular. Adaptações curriculares e práticas pedagógicas. Planejamento, práticas e avaliação curricular.</p>	
<p>REFERENCIAS BASICAS</p> <p>GOODSON, I. F. Currículo: teoria e história. Petrópolis: Vozes, 2008.</p> <p>JONNAERT, P.; ETTAYEBI, M. & DEFISE, R. (org.). Currículo e competências. Porto Alegre: Artmed, 2010.</p> <p>LOPES, A. C. & MACEDO, E. (org.). Currículo: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2008.</p> <p>MACEDO, R. S. Currículo: campo, conceito e pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2009.</p> <p>MOREIRA, A. F. Currículos e programas no Brasil. 10ª ed. São Paulo: Papirus, 2003.</p> <p>PACHECO, J. A. Políticas Curriculares: referenciais para análise. Porto Alegre: Artmed, 2003.</p> <p>SAVIANI, N. Saber Escolar, Currículo e Didática – problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. Campinas: Autores Associados, 2010.</p>	
<p>REFERENCIAS COMPLEMENTARES</p> <p>MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>OLIVEIRA, I. B. (org.). Alternativas emancipatórias em currículo. São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>SILVA, Tomaz Tadeu. Documento de identificação: uma introdução às teorias do currículo, 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.</p>	
DISCIPLINA: PRÁTICA CURRICULAR NA DIMENSÃO EDUCACIONAL	CH: 135
<p>EMENTA: Atividade investigativa, no contexto educacional, de articulação entre os demais componentes curriculares, as diversas disciplinas e áreas específicas de interesse do estudante à dimensão Educacional sobre os saberes da docência, significação social da profissão e relevância da atividade docente no espaço pedagógico.</p>	
<p>REFERENCIAS BASICAS</p> <p>BAGNO, M. Pesquisa na escola: o que é, como se faz. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.</p> <p>BRANDÃO, C.R. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 2000.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio. Brasília, 2006. _____ . Parâmetros Curriculares: Meio Ambiente. Brasília, 2005.</p> <p>CACHAPUZ, A. et ai. A necessária renovação do ensino das Ciências. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>KRUPPA, S.M.P. Sociologia da educação. São Paulo: Cortez, 2004.</p>	

REFERENCIAS COMPLEMENTARES	
<p>LIMA, L. Escola não é circo, professor não é palhaço: intencionalidade e educação. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2008.</p> <p>LUCK, H. Metodologia de projetos: uma ferramenta de planejamento e gestão. Petrópolis: Vozes, 2004.</p> <p>LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2007.</p>	
4º PERÍODO	
DISCIPLINA: METODOLOGIA DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO	CH: 60
EMENTA: Bases epistemológicas da pesquisa em Educação. Abordagens e tipos da pesquisa em educação. Elementos estruturantes do projeto e do relatório de pesquisa.	
REFERENCIAS BASICAS	
<p>ANDRÉ, Marli (Org.). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papirus, 2001.</p> <p>AZEVEDO, Israel Belo de. O prazer da produção científica. 10. ed. São Paulo: Hagnos, 2001.</p> <p>BARROS, A. J.; LENFEILD, N. A. S. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.</p> <p>GARCIA, Regina Leite (Org.). Método: pesquisa com o cotidiano. Rio de Janeiro: PD&A, 2003.</p> <p>MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>REA, Louis M.; PARKER, Richard A. Metodologia de pesquisa: do planejamento à execução. São Paulo: Pioneira, 2000.</p>	
REFERENCIAS COMPLEMENTARES	
<p>RÚDIO, F. V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.</p> <p>SANTOS, Izequias Estevam dos. Testos selecionados de métodos e técnicas de pesquisa científica. 3. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2001.</p> <p>SILVEIRA, João Luiz Gurgel da; PADILHA, Wilton Wilnev Nascimento; SOARES, Eduardo Lúcio. A prática de pesquisa com princípio educativo. Movimento. Revista da Faculdade de Educação da UFF, n. 5, maio 2002.</p>	
DISCIPLINA: AVALIAÇÃO EDUCACIONAL E ESCOLAR	CH: 60
EMENTA: Avaliação educacional: conceitos, concepções, níveis e objetivos. Principais abordagens da avaliação educacional. Políticas de avaliação educacional no Brasil. A articulação entre os níveis de avaliação educacional: aprendizagem, externa e institucional.	
REFERENCIAS BASICAS	
<p>AFONSO, A. J. Avaliação educacional: regulação e emancipação. São Paulo: Cortez, 2000.</p>	

ALMEIDA, Fernando José de e FRANCO, Mônica Gardelli. Avaliação para Aprendizagem – o processo avaliativo para melhorar o desempenho dos alunos. São Paulo: Ática, 2011.

DEMO, Pedro. Avaliação qualitativa. Campinas. São Paulo: Autores Associados, 2008.

FERNANDES, D. Avaliar para aprender: fundamentos, práticas e políticas. São Paulo: UNESP. 2009.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Editora Mediação, 2012. SANTANNA, I.M. Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos. Petrópolis: Vozes, 2013.

REFERENCIAS COMPLEMENTARES

ALMEIDA, Geraldo Peçanha de. Prática para Avaliação escolar – Dicas e Sugestões de como fazer. Rio de Janeiro: Editora Wak, 2012.

GENTILE, Paola. Avaliar para crescer. 138 ed. São Paulo: Revista Nova Escola, 2000.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação mito & desafio: uma perspectiva construtivista. 29ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

DISCIPLINA: POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA	CH: 60
--	---------------

EMENTA: Políticas educacionais: determinantes políticos, históricos e sociais. Aspectos legais, normativos e organizacionais das políticas educacionais no Brasil. O Plano de Desenvolvimento da Educação como política para a educação no Brasil na atualidade.

REFERENCIAS BASICAS

DEMO, P. **A nova LDB: ranços e avanços**. Campinas, 18ª ed. Papirus, 2003

LIBÂNEO, J; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. revista ampliada. Goiânia: Alternativa, 2004.

MENESES, Joao Alberto de carvalho.et.al. **Estrutura e Funcionamento da Educação básica**. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 2004.

SAVIANI, Demerval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 9. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

REFERENCIAS COMPLEMENTARES

BRZEZINSKI, Iri (Org.). **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB Fácil: Leitura crítico – compreensiva artigo a artigo**. 6ed. Petrópolis, Rio de Janeiro, 12ª ed. Vozes, 2002.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional**. São Paulo, 4ª ed. Autores Associados, 2002.

DISCIPLINA: DIDÁTICA	CH: 60
-----------------------------	---------------

EMENTA: Contextualização histórica da Didática: gênese e objeto de estudo. Concepções do processo ensino aprendizagem. Saberes necessários à formação docente. Organização do trabalho docente: concepções de planejamento, componentes do plano de ensino (objetivos, conteúdos/ objetos de conhecimento, metodologias de ensino, recursos didáticos e avaliação da aprendizagem) e sua elaboração. Projeto didático e sua construção.

REFERENCIAS BASICAS

CANDAU, V. M. F. **Rumo a uma nova didática**. Petrópolis: Rio de Janeiro, Vozes, 16ª ed, 2003.
LEITE, Lígia Silva(coord.) **Tecnologia Educacional: descubra suas possibilidades na sala de aula**. Petrópolis-RJ, Editora vozes, 2004.
VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). **Repensando a Didática**. Campinas. São Paulo, 23ª ed. Papirus, 2006.
SCARPATO, Marta.(org). **Os procedimentos de ensino fazem a aula acontecer**. São Paulo, Avercamp editora, 2004.
SANTANNA, Ilza M. SANTANNA, Victor M. **Recursos Educacionais para o ensino: quando e por quê?** Petrópolis-RJ, editora vozes, 2004.

REFERENCIAS COMPLEMENTARES

CANDAU, Vera M.(org.) **Didática, currículo e saberes escolares**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.
LIBANEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo, 17ª ed. Cortez, 2003.
PERRENOUD, Philippe. **10 novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
PIMENTA, S. G. **Didática e formação de professores**. São Paulo, 3ª ed. Cortez, 2001.

**DISCIPLINA: FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

CH: 60

EMENTA: Contexto histórico, político e social da Educação Infantil. Fundamentos teóricos, procedimentos metodológicos e recursos didáticos da Educação Infantil. Campos de experiência, objetivos de aprendizagem e práticas pedagógicas para crianças de 0 a 2 anos e de 3 a 6 anos. Planejamento, projetos didáticos e avaliação.

REFERENCIAS BASICAS

ANTUNES, Celso. **Educação Infantil: prioridade imprescindível**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.
BEE, Helen. **A criança em desenvolvimento**. 9ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.
KISHIMOTO, Tizulo Morchida. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Pioneira, Thomson Learning, 2002.
KUHLMANN Jr., M. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 2004.
MACHADO, Maria Lucia de A. (org). **Encontros e desencontros em educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Z.M.R et alli. Creches: Crianças, faz-de-conta e cia. Petrópolis: Vozes, 2008.

REFERENCIAS COMPLEMENTARES

BREVES, Maria Tereza. **O livro-de-imagem. Um (pré) texto para contar histórias.** Imperatriz: Breves Palavras, 2000.

MOLL, Jaqueline. **Alfabetização possível: reinventando o ensinar e o aprender.** Porto Alegre: Mediação, 2000.

OLIVEIRA, Zima de Moraes et. All. **Educação infantil: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2002.

DISCIPLINA: PRÁTICA CURRICULAR NA DIMENSÃO ESCOLAR

CH: 135

EMENTA: Atividade investigativa, no contexto escolar, de articulação entre os demais componentes curriculares, as diversas disciplinas e áreas específicas de interesse do estudante à dimensão Escolar sobre a formação dos saberes da docência, considerando a dimensão democrática e participativa na escola com vistas a elevar a qualidade da educação na Educação Básica.

REFERENCIAS BASICAS

BAGNO, M. Pesquisa na escola: o que é, como se faz. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

CANDAU, Vera Maria.(Org.) Linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprender. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001

GUSMÃO, N. M. M. (org.). Diversidade, cultura e educação – olhares cruzados. São Paulo: Biruta, 2003.

LIMA, L. Escola não é circo, professor não é palhaço: intencionalidade e educação. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2008.

MASSETO, M. Didática: a aula como centro. São Paulo: FTD, 2008.

REFERENCIAS COMPLEMENTARES

CARVALHO, A M. P. (org.). Ensinar a ensinar: didática para a escola Fundamental e Média. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.

GASPARIN, João Luiz. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica.** Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

5º PERÍODO

DISCIPLINA: LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO

CH: 60

EMENTA: Relação linguagem, cultura, sujeito e ensino da língua. Contribuições da Psicolinguística e da Sociolinguística. A leitura e escrita como produções sociais. A prática pedagógica alfabetizadora na perspectiva de letramento e saberes docentes. Estudo e análise de recursos didáticos e procedimentos de avaliação no campo da alfabetização.

REFERENCIAS BASICAS

BRAGGIO, S. L. B. **Leitura e alfabetização: da concepção mecanicista à alfabetização**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e linguística**. São Paulo: Scipione, 2005.

_____. **Alfabetização sem o bá-bé-bi-bó-bu**. São Paulo: Scipione, 2009

FERREIRO, E. & PALÁCIO, M. G. **Os processos de leitura e escrita: novas perspectivas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.

KLEIMAN, Ângela. **Texto e leitor - aspectos cognitivos da leitura**. 8. ed. São Paulo: Pontes, 2002.

TEBEROSKY, **Psicopedagogia da Linguagem Escrita**. Vozes, 2001, Petrópolis.

REFERENCIAS COMPLEMENTARES

BARBOSA, J. J. **Alfabetização e leitura**. São Paulo: Cortez, 2002.

CARVALHO, Marlene. **Alfabetizar e Letrar: um diálogo entre a teoria e a prática**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

ELIAS, Maria Del Ceppo. **De Emílio a Emília – a trajetória da alfabetização**. São Paulo: Scipione, 2000.

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

CH: 60

EMENTA: Contexto histórico da educação Especial e das tendências atuais, no âmbito nacional e internacional. Fundamentos teóricos e metodológicos da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Perspectivas para a construção da sociedade inclusiva: questões políticas, ideológicas, sociais, educacionais, institucionais e éticas. O processo ensino-aprendizagem das pessoas público alvo da Educação Especial. A escola comum como espaço inclusivo: ações dos diversos segmentos, acesso, permanência, acessibilidade, adequações curriculares e o Atendimento Educacional Especializado.

REFERENCIAS BASICAS

BRASIL. Decreto nº 3.956/01. **Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**, Brasília, DF, 2001.

BRASIL. **Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial. 2007. Acesso em 24/março de 2008.

BRASIL. **A Convenção sobre Direitos das pessoas com Deficiência**. Brasília: CORDE/Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa; SANTOS, Maria Terezinha Teixeira. **Atendimento Educacional Especializado: Políticas Públicas e Gestão nos municípios**. São Paulo: Editora Moderna, 2011.

PACHECO, José e outros. **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

REFERENCIAS COMPLEMENTARES

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 2007. Coleção Primeiros Passos.

<p>DRAGO, Rogério. <i>Inclusão na Educação Infantil</i>. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.</p> <p>GLAT, Rosana; PLETSCHE, Marcia Denise. <i>Inclusão Escolar de alunos com necessidades especiais</i>. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.</p>	
DISCIPLINA: LITERATURA INFANTO - JUVENIL	CH: 60
<p>EMENTA: História da literatura infanto-juvenil. Subgêneros literários. A literatura infanto-juvenil e o significado social para a criança. Procedimentos metodológicos e sugestões de atividades pedagógicas.</p>	
<p>REFERENCIAS BASICAS</p> <p>ARROYO, Leonardo. Literatura Infantil brasileira. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.</p> <p>CADEMARTORI, Lígia. Para não aborrecer Alice: a ilustração do livro infantil. In: PAIVA, Aparecida; SOARES, Magda. <i>Literatura infantil, políticas e concepções</i>. São Paulo: Autêntica, 2008.</p> <p>COELHO, Nelly Novaes. Panorama histórico da literatura infantil e juvenil – das origens indo-europeias ao Brasil contemporâneo. 4. ed. revista. São Paulo: Amarilys, 2010.</p> <p>GREGORIN FILHO, José Nicolau (Org.) Literatura infantil em gêneros. São Paulo: Mundo Mirim, 2012.</p> <p>OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte; PALO, Maria José. Literatura Infantil: Voz de criança. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006.</p>	
<p>REFERENCIAS COMPLEMENTARES</p> <p>BAMBERGER, Richard. <i>Como incentivar o hábito de leitura</i>. Cultrix/INL, 2004.</p> <p>COLOMER, Teresa. <i>A formação de leitor literário</i>. São Paulo: Global, 2003.</p> <p>ZILBERMAN, Regina. <i>A literatura infantil na escola</i>. 11. ed. rev. ampl. São Paulo: Global, 2003.</p>	
DISCIPLINA: FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DO ENSINO DE CIENCIAS NATURAIS	CH: 60
<p>EMENTA: Contexto histórico, político e social do ensino de Ciências Naturais. Fundamentos teóricos, procedimentos metodológicos e recursos didáticos para o ensino de Ciências Naturais. Eixos e unidades temáticos, objetos de conhecimento, competências e habilidades deste componente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Planejamento, planos de ensino, projeto didático e avaliação.</p>	
<p>REFERENCIAS BASICAS</p> <p>ALVES, Nilda. (org). <i>Formação de professores de ciências: pensar e fazer</i>. Série Questões de Nossa Época. São Paulo, 7ª ed. Cortez, 2002.</p> <p>ALVES, R. <i>Entre a ciência e a sapiência - o dilema da educação</i>. 13ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.</p> <p>Bizzo, N. <i>Ciências: fácil ou difícil?</i> 2ª ed. São Paulo: Ática, 2002.</p> <p>CARVALHO, A. M. P de; GIL-PÉREZ, D. <i>Formação de professores de ciências: tendências inovadoras</i>. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>CHASSOT, A. <i>O Ensino de ciências no começo da segunda metade do século da tecnologia</i>. In: <i>O currículo de ciências em debate</i>. Campinas, SP: Papirus, 2004.</p>	

REFERENCIAS COMPLEMENTARES	
<p>CHASSOT, A. I. Alfabetização científica: questões e desafios para a educação. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2000.</p> <p>KRASILCHIK, M. & MARANDINO, M. Ensino de ciências e cidadania. São Paulo, SP: Moderna, 2004.</p> <p>NARDI, R. (org). Questões atuais no ensino de ciências. São Paulo: Escrituras, 2005.</p>	
DISCIPLINA: FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DO ENSINO DA ARTE	CH: 60
<p>EMENTA: Contexto histórico, político e social do ensino de Arte. Fundamentos teóricos, procedimentos metodológicos e recursos didáticos para o ensino de Arte. Eixos e unidades temáticos, objetos de conhecimento, competências e habilidades deste componente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Planejamento, planos de ensino, projeto didático e avaliação.</p>	
REFERENCIAS BASICAS	
<p>ANTUNES, Celso. A sala de aula de Geografia e Historia. 2 ed. Campinas: São Paulo: Papyrus, 2005.</p> <p>BITTENCOURT, Circe Mª Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo; Cortez, 2004. Coleção Docência em Formação. Série Ensino Fundamental.</p> <p>CABRINE, Conceição. Et Al O ensino de historia: revisão urgente. 4ª ed. Editora Brasiliense, São Paulo, 2003.</p> <p>FONSECA, Selma Guimarães. Didática e prática de ensino de História. Campinas, SP: Papyrus, 2003. Coleção Magistério, Formação e Trabalho.</p> <p>KARNAL, Leandro. História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003.</p> <p>SCHIMIDT, Mª Auxiliadora ; CAINELLI, Marlene. Ensinar História. São paulo: Scipione, 2004.</p>	
REFERENCIAS COMPLEMENTARES	
<p>BARBOSA, A M. Arte/educação contemporânea: consonâncias Internacionais. São Paulo, Cortez, 2005.</p> <p>IABELBERG, Rosa. Cap. IV, V e VI, In, O Desenho Cultivado da Criança: práticas e formação de educadores. Porto Alegre: Zouk, 2006. p 51,72</p> <p>WILSON, Brent. “Mudando conceitos da criação artística: 500 anos de arte - educação para crianças”. In, (org.) Barbosa, Ana Mae Arte/Educação Contemporânea: Consonâncias Internacionais. São Paulo: Cortez, Editora, 2005. p. 81,97.</p>	
DISCIPLINA: FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DO ENSINO DA MATEMÁTICA	CH: 60
<p>EMENTA: Contexto histórico, político e social do ensino de Matemática. Fundamentos teóricos, procedimentos metodológicos e recursos didáticos para o ensino de Matemática. Eixos e unidades temáticos, objetos de conhecimento, competências e habilidades deste componente nos anos iniciais do Ensino</p>	

Fundamental. Planejamento, planos de ensino, projeto didático e avaliação.

REFERENCIAS BASICAS

ALVES, Eva Maria Siqueira. **A ludicidade e o ensino de matemática**: uma prática possível.SP: Papyrus, 2001.
BIEMBENGUT,Maria Salete. Et. Al. **Modelagem Matemática no Ensino**.2. ed. São Paulo:Contexto, 2002.
BORGES, Regina Maria Rabello, ROCHA João Bernardes da, BASSO, Nara Regina de Souza. **Avaliação e interatividade na educação básica em ciencias e matemática**. Porto Alegre:EDIPUCRS, 2008.
GOLBERT, Clarissa S. **Novos Rumos na Aprendizagem da Matemática**: conflito, reflexão e situações-problemas. Porto Alegre: Mediação, 2002.
LORENZATO, Sergio. **Para aprender matemática**.Campinas, SP:Autores Associados,2006.

REFERENCIAS COMPLEMENTARES

BORBA, Marcelo. Educação Matemática e novas tecnologias. Belo Horizonte: autêntica, 2002.
CARVALHO, Dione Luchesi de **Metodologia do ensino da matemática**.2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
D'AMBROSIO, Ubiratan. EtnoMatemática: elo entre as tradições e a modernidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

6º PERÍODO

DISCIPLINA: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS

CH: 60

EMENTA: Língua brasileira de sinais: histórico e fundamentos legais. A singularidade linguística de LIBRAS e seus efeitos sobre a aquisição da linguagem e aquisições culturais, Noções práticas de LIBRAS: gramática, vocabulário e conversação.

REFERENCIAS BASICAS

FELIPE, T. A. Libras em Contexto: curso básico. Brasília: MEC/SEESP, 2007
GESSER, A. Libras? Que língua é essa? São Paulo, Editora Parábola: 2009.
QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004. 221 p. (Biblioteca Artmed). ISBN 8536303086.
STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: Editora UFSC, 2008.
THOMA, A. da S.; LOPES, M. C. (Orgs). A Invenção da Surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

REFERENCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL MEC/SEESP. Educação Especial - Língua Brasileira de Sinais (Série Atualidades Pedagógicas). Caderno 3. Brasília/DF. 1997.
CAPOVILLA, F. C; RAPHAEL, W. D. Dicionário Enciclopédico Ilustrado

Trilíngue da Língua de Sinais. 3.ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. 2. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

CH: 60

EMENTA: Contexto histórico, político e social do ensino de Língua Portuguesa. Fundamentos teóricos, procedimentos metodológicos e recursos didáticos para o ensino de Língua Portuguesa. Eixos e unidades temáticos, objetos de conhecimento, competências e habilidades deste componente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Planejamento, planos de ensino, projeto didático e avaliação.

REFERENCIAS BASICAS

COSTA, Sérgio Roberto. (Hiper) Textos Ciberespaciais: mutações do/no ler/Escrever. Cadernos Cedes, Campinas, vol. 25, nº 65, p.102, jan.abr.2005.
DIONISIO, Angela Paiva et alii. Gêneros Textuais e Ensino. Rio de Janeiro. Lucerna, 2002. GERALDI, João Wanderely. As unidades básicas do ensino de Português. In: GERALDI, J. W. (Org.). O texto na sala de aula. 2. ed. São Paulo: Ática, 2006 [1984].
KOCH, Ingedore G. V.; Elias, Vanda Maria. Ler e escrever: estratégias de produção textual. 2. ed. São Paulo; Contexto, 2010.
LOPES-ROSSI, M. A. G. Gêneros discursivos no ensino de leitura e produção de textos. In: KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz (Org.). Gêneros textuais: reflexões e ensino. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Parábola, 2011. 198 p.

REFERENCIAS COMPLEMENTARES

FAVERO, Leonor L . Oralidade e Escrita: perspectivas para o ensino da Língua Materna, Cortez, 2000.
FRANCHI, C et alii. Mas o que é mesmo “gramática”? São Paulo. Parábola. 2006.
GUEDES, Paulo C. A Formação do professor de português. Que língua vamos ensinar? São Paulo. Parábola. 2006.

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA

CH: 60

EMENTA: Contexto histórico, político e social do ensino de História. Fundamentos teóricos, procedimentos metodológicos e recursos didáticos para o ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Eixos e unidades temáticos, objetos de conhecimento, competências e habilidades deste componente. Planejamento, planos de ensino, projeto didático e avaliação.

REFERENCIAS BASICAS

ANTUNES, Celso. **A sala de aula de Geografia e Historia.** 2 ed. Campinas: São Paulo: Papirus, 2005.
BITTENCOURT, Circe M^a Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** São Paulo; Cortez, 2004. Coleção Docência em Formação. Série Ensino Fundamental.
CABRINE, Conceição. **Et Al O ensino de história: revisão urgente.** 4^a ed. Editora

Brasiliense, São Paulo, 2003.
 FONSECA, Selma Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**. Campinas, SP: Papyrus, 2003. Coleção Magistério, Formação e Trabalho.
 KARNAI, Leandro. **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003.

REFERENCIAS COMPLEMENTARES

ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (orgs.). Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
 BRASIL. Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
 RIBEIRO, Luis Távora Furtado. MARQUES, Marcelo Santos, **Ensino de História e Geografia**, 2ª ed. Fortaleza: Brasil, tropical, 2001 Coleção para professores das series iniciais Vol 1.
 SCHIMIDT, Mª Auxiliadora ; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA

CH: 60

EMENTA: Contexto histórico, político e social do ensino de Geografia. Fundamentos teóricos, procedimentos metodológicos e recursos didáticos para o ensino de Geografia. Eixos e unidades temáticos, objetos de conhecimento, competências e habilidades deste componente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Planejamento, planos de ensino, projeto didático e avaliação.

REFERENCIAS BASICAS

ALMEIDA, Rosângela Doin. **Do desenho ao mapa – iniciação cartográfica na escola**. São Paulo: Contexto, 2006.
 ANTUNES, Celso. **A sala de aula de Geografia e Historia**. 2 ed. Campinas: São Paulo: Papyrus, 2005.
 CASTELLAR, Sônia (org.) **Educação Geográfica: teorias e práticas docentes**. São Paulo: Contexto, 2007.
 CARLOS, Ana F. Alessandri(Org) **A geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2003.
 CAVALCANTI, Lana de Sousa. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Editora Alternativa, 2002.
 PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iyda & CACETE, Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo; Cortez, 2007 Coleção Docência em Formação. Série Ensino Fundamental.

REFERENCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
 CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (org.) **Ensino de Geografia – práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2000.
 RIBEIRO, Luis Távora Furtado. MARQUES, Marcelo Santos, **Ensino de História e Geografia**, 2ª ed. Fortaleza: Brasil, tropical, 2001 Coleção para professores das series iniciais Vol 1.

DISCIPLINA: PROJETO DE PESQUISA	CH: 60
<p>EMENTA: Trabalho científico monográfico. Elementos estruturantes do projeto de pesquisa. Elaboração dos elementos constitutivos do Projeto de Pesquisa: tema, justificativa, formulação dos objetivos, referencial teórico, metodologia, cronograma e referências. A organização de texto científico (Normas ABNT).</p>	
<p>REFERENCIAS BASICAS</p> <p>GONSALVES, Elisa Pereira. Conversas sobre a iniciação à pesquisa científica. 2ª ed. Campinas, SP;Alínea, 2001.</p> <p>LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.</p> <p>MARTINS, Gilberto Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). Pesquisa Social: Teoria método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2000.</p>	
<p>REFERENCIAS COMPLEMENTARES</p> <p>FACHIN, Odília. Fundamentos de metodologia .3 ed. São Paulo; Saraiva, 2001.</p> <p>GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002</p> <p>LAKATOS, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Atlas, 2001.</p>	
DISCIPLINA: ESTAGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	CH:135
<p>EMENTA: Estudo e análise global e crítica de situações da prática docente na escola brasileira, especificamente na Educação Infantil. Atividades orientadas e supervisionadas no contexto da educação infantil para vivencia de experiências didático-pedagógicas que enfatizem o desempenho profissional criativo a partir de observação, participação, planejamento, execução e avaliação do processo ensino-aprendiza em na educação infantil.</p>	
<p>REFERENCIAS BASICAS</p> <p>FERREIRO, Emília. Reflexões sobre alfabetização. 24. ed. - São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>GROSSI, E. P. Didática dos níveis pré-silábicos; silábico e alfabético. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. V. 1, 2, 3.</p> <p>HERMIDA, Jorge Fernando. Educação infantil. João Pessoa: Editora da UFPB, 2007</p> <p>MOLL, Jaqueline. Alfabetização possível: reinventando o ensinar e o aprender. 7. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2006.</p> <p>OLIVEIRA, Zilma Ramos de. Educação Infantil: fundamentos e métodos. São</p>	

Paulo: Cortez, 2008.	
REFERENCIAS COMPLEMENTARES	
<p>CORSINO, Patrícia. Educação Infantil: cotidiano e políticas. São Paulo: Autores Associados, 2012.</p> <p>FULGÊNCIO, Lúcia e LIBERATO, Yara. Como Facilitar a Leitura. São Paulo: Contexto, 2000.</p> <p>TEBEROSKY, Ana. Aprendendo a escrever: perspectivas psicológicas e implicações educacionais. São Paulo: Ática, 2002.</p>	
7º PERÍODO	
DISCIPLINA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO MARANHÃO	CH: 60
EMENTA: Historiografia educacional do Maranhão, do período colonial ao republicano: práticas educativas, legislação educacional, instituições escolares, fontes e acervos. O projeto educacional maranhense no contexto neoliberal.	
REFERENCIAS BASICAS	
<p>COSTA, Odaléia Alves da. A escola primária no contexto da educação maranhense no século XIX. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Mestre em Educação. Orientador: Prof. Dr. César Augusto Castro. Disponível em: . Acesso em: 14/01/2016.</p> <p>CRUZ, Mariléia dos Santos. História da Educação de Imperatriz: textos e documentos. Imperatriz: Ética, 2012</p> <p>GADOTTI, M. Pensamento pedagógico brasileiro. São Paulo: Ática, 2006.</p> <p>GHIRALDELLI, Jr. História da educação brasileira. São Paulo: Cortez, 2008.</p> <p>JACINTO, Cristiane Pinheiro Santos. SILVA, Creudecy Costa da. Educação Profissional no Maranhão Oitocentista. Disponível em: . Acesso em: 14/01/2016</p>	
REFERENCIAS COMPLEMENTARES	
<p>CABRAL, Maria do Socorro Coelho. Política e Educação no Maranhão. São Luís: SIOGE, 1984.</p> <p>CORRÊA, Rossine. Formação Social do Maranhão: o presente de uma arqueologia. São Luís SIOGE, 1993.</p> <p>MELO, Sandra Maria Barros Alves. Percurso histórico da formação de professores para a escola primária no maranhão: Império e República Velha. X Seminário Nacional De Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação No Brasil” Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5. Disponível em: . Acesso em: 14/01/2016</p>	
DISCIPLINA: PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E ESCOLAR	CH: 60
EMENTA: Planejamento educacional: concepções, objetivos e funções. Evolução histórica das políticas de planejamento da educação brasileira. Níveis e gestão do planejamento educacional. Planejamento escolar: articulação entre projeto político pedagógico, plano de ação, projeto didático e planos de ensino.	

REFERENCIAS BASICAS

GANDIN, Danilo. A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, sociopolítico, religioso e governamental. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

ESTEBAN, M. T., (org), Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. Rio de Janeiro: Cortez, 2003.

LUCKESI, C. C., Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

VASCONCELOS, C. S., Avaliação: concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo: Libertad - Centro de Formação e Assessoria Pedagógica, 2007.

MENEGOLLA, Maximiliano e Sant' Anna, Martins, Ilza. Por que planejar? Como planejar? Currículo- área- aula. Petrópolis- RJ: Vozes, 2004.

REFERENCIAS COMPLEMENTARES

DIDONET, Vital. Plano Nacional de Educação. Texto Legal. Legislação. Brasília: Plano, 2000.

KUENZER, Acácia Zeneida, et. al. Planejamento e Educação no Brasil. São Paulo: Cortez, 2001- (Coleção Questões de nossa época).

PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento dialógico: como construir o projeto político- pedagógico da escola. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2001- (Guia da escola Cidadã).

**DISCIPLINA: ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO
PEDAGOGICO**

CH: 60

EMENTA: O pedagogo na organização do trabalho pedagógico na escola. Operacionalização do Projeto político pedagógico da escola. Cultura organizacional e formação continuada de professores: a construção da qualidade do processo educativo.

REFERENCIAS BASICAS

BOCCIA, Margarete Bertolo. Os papéis assumidos pelos diretores de escola. Jundiaí, Paço Editorial e Pulsar Edições, 2011.

BOCCIA, Margarete Bertolo; DABUL, Marie Rose; LACERDA, Sandra da Costa. Gestão Escolar em destaque. Jundiaí, Paço Editorial e Pulsar Edições, 2013.

LUCK. Heloisa. Ação Integrada: administração, supervisão e orientação educacional. Petrópolis: Vozes, 2007.

MURILO,F. Javier; Muñoz-Repiso, Mercedes. A qualificação da Escola: um novo enfoque. Porto Alegre: Artmed, 2007 PARO, Vitor Henrique. Crítica da estrutura da escola. São Paulo: Cortez, 2011.

REFERENCIAS COMPLEMENTARES

BATISTA, Áurea V. (org.) A práxis pedagógica no ambiente hospitalar: perspectivas e desafios. IN: Pedagogia em Ação. V. 1, nº 1: jan/jun 2009.

CORREA, Bianca C.; GARCIA, Teise Oliveira. Políticas educacionais e organização do trabalho na escola. São Paulo: Xamã, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2004.

DISCIPLINA: GESTÃO EDUCACIONAL E ESCOLAR	CH: 60
<p>EMENTA: A administração ou gestão da escola: concepções e escolas teóricas. A gestão democrática da educação: concepções e implicações legais e operacionais. A gestão participativa: a escolha dos gestores escolares e a constituição das equipes pedagógicas. A estrutura organizacional de uma escola. As relações interpessoais e a cultura da escola como fatores determinantes da gestão escolar.</p>	
<p>REFERENCIAS BASICAS</p> <p>ALMEIDA, Laurinda Ramalho; PLACCO, Vera Maria (orgs.). O Coordenador pedagógico e o espaço da mudança; São Paulo: Loyola, 2005.</p> <p>LIBÂNEO, J. C. Organização e Gestão da Escola Teoria e prática; Goiânia: Alternativa, 2008.</p> <p>LUCK, H. Gestão Educacional Série Cadernos de Gestão, vol. I; Petrópolis/RJ: Vozes, 2006.</p> <p>_____ Concepções e processos democráticos de gestão educacional Série Cadernos de Gestão, vol. II; Petrópolis/RJ: Vozes, 2006.</p> <p>PLACCO, Vera Maria; ALMEIDA, Laurinda (orgs.). O Coordenador Pedagógico e os desafios da educação; São Paulo: Loyola, 2008.</p>	
<p>REFERENCIAS COMPLEMENTARES</p> <p>FÁVERO, Osmar (Org.). Democracia e educação em Florestan Fernandes. Campinas, SP: Autores Associados; Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense (EdUFF), 2005.</p> <p>LUCK, Heloisa. Gestão da cultura e do clima organizacional da escola Série Cadernos de Gestão. Vol. V; Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.</p> <p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Escola de Gestores da Educação Básica - CD-ROM. Brasília: MEC, 2007.</p>	
DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	CH: 135
<p>EMENTA: Estudo e análise global e crítica de situações da prática docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Atividades orientadas e supervisionadas no contexto dos anos iniciais do ensino fundamental, que enfatizem o desempenho profissional criativo a partir de observação, participação, planejamento, execução e avaliação do processo ensino-aprendizagem.</p>	
<p>REFERENCIAS BASICAS</p> <p>GARRIDO, S. P. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2014.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 2013.</p> <p>PERRENOUD, Philippe. 10 Novas Competências para Ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2000.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido e LIMA, Maria Socorro L. Estágio e docência . São Paulo: Cortez, 2012-</p> <p>PICONEZ, Stela C. B. (coord.); FAZENDA, Ivani C. A. et al. A prática de ensino e o estágio supervisionado. Campinas: Papirus, 2011.</p>	

REFERENCIAS COMPLEMENTARES	
<p>BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. GEBRAN, Raimunda Abou. Prática de ensino de estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo: Avercamp, 2006.</p> <p>BRASIL, Secretária de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais do ensino fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2001.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2001.</p>	
8º PERÍODO	
DISCIPLINA: FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	CH: 60
EMENTA: História da educação de jovens e adultos no Brasil. Relação educação e trabalho como fundamento para a educação de jovens e adultos. Alfabetização de jovens e adultos na perspectiva do letramento e alfabetização. Proposta curricular da educação de jovens e adultos: metodologia, planejamento e avaliação.	
REFERENCIAS BASICAS	
<p>BRASIL/MEC. Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos. Vol. 1,2 e 3. Brasília: MEC, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br.</p> <p>FAVERO, Osmar. Uma pedagogia da participação. São Paulo: Autores Associados, 2006.</p> <p>RUMMERT, S. M. A educação de jovens e adultos trabalhadores brasileiros no século XXI: o “novo” que reitera antiga destituição de direitos. Revista de ciências da educação, [S.l.], n. 2, p. 35-50. Disponível em: http://sisifo.fpce.ul.pt. Acesso em: 20 set. 2009.</p> <p>SILVA, A. C.; BARACHO, M. das G. (Orgs.). Formação de educadores para o PROEJA: intervir para integrar. Natal, RN: Ed. do CEFET, 2007.</p> <p>SOEK, Ana Maria. Fundamentos e Metodologia da Educação de Jovens e Adultos. Curitiba: Editora Fael, 2010. 145 p.</p>	
REFERENCIAS COMPLEMENTARES	
<p>BRASIL/MEC. Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos. Vol. 1,2 e 3. Brasília: MEC, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação de jovens e Adultos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf.</p> <p>GADOTTI, M. e ROMÃO, J. E. Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2000.</p>	
DISCIPLINA: EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	CH: 60
EMENTA: Concepções de raça e etnia, mestiçagem, racismo e racialismo, preconceito e discriminação. Configurações dos conceitos de raça, etnia e cor no Brasil: entre as abordagens acadêmicas e sociais. Cultura afro-brasileira e indígena.	

Políticas de Ações Afirmativas e Discriminação Positiva – a questão das cotas.
Política de Educação para as comunidades quilombolas e indígenas.

REFERENCIAS BASICAS

BRASIL. Resolução No. 1, de 17 de junho de 2004, do CNE/MEC, que “institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana” PEREIRA, Edmilson de Almeida. Malungos na escola: questões sobre culturas afrodescentes em educação. São Paulo: Paulinas, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Superando o racismo na escola. 2. ed. Brasília: Ministério da educação, 2005. 204 p. (número de consulta: 379.260981 S959 2. ed. / 2005).

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 435 p. ISBN 9788535907810.

SANTOS, Renato Emerson dos. (org.) Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil. 2 ed. Belo Horizonte: Gutemberg, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu Da Silva (org). Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. ISBN 8532614973.

REFERENCIAS COMPLEMENTARES

CANCLINI, Nestor. Consumidores e cidadãos. 5. ed. Rio de Janeiro: ED. da UFRJ, 2005.

_____. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

HALL, Stuart. Da diáspora, identidades e mediações culturais. Trad. Adelaine La Guardia. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

DISCIPLINA: ESTAGIO SUPERVISIONADO EM ÁREAS ESPECIFICAS

CH: 60

EMENTA: Análise da situação da prática educacional que enfatizem o desempenho profissional criativo a partir da observação, participação, execução e avaliação institucional. De modo a possibilitar a inserção do aluno no contexto profissional, por meio da vivência de situações práticas de natureza pedagógica e atividades específicas às diferentes modalidades do processo educacional. Acompanhamento dos projetos realizados pelas escolas.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

DISCIPLINA: TÓPICOS EMERGENTES EM...

CH: 60

EMENTA: Disciplina não possui ementa definida em razão do caráter circunstancial vinculado ao contexto social.

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS

CH: 60

EMENTA: Exclusão Social: Barreiras e bloqueios estruturais da sociedade capitalista. Movimentos sociais: conceitos, tipos, elementos constitutivos, teorias, a práxis dos principais movimentos populares e a sua forma de organização. Movimentos sociais cidadania e educação. Aspectos educativos dos movimentos sociais.

REFERENCIAS BASICAS

ANTUNES , Ricardo. A nova morfologia do trabalho e o desenho multifacetado das ações coletivas. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social . São Paulo: Boi tempo, 2003 .

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A educação popular na escola cidadã . Petrópolis – RJ: Vozes, 2002.

CALDART, Roseli Salette. Pedagogia do Movimento Sem Terra. São Paulo: Expressão Popular , 2004.

CANÁRIO, R. (org). Educação popular e movimentos sociais. Lisboa: ED UCA – Universidade de Lisboa, 2007.

FREIRE, Paulo . Pedagogia do oprimido . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

REFERENCIAS COMPLEMENTARES

GALLO, Silvio. Pedagogia libertária: anarquistas, anarquismos e educação . São Paulo: Imaginário; Editora da Universidade Federal do Amazonas , 2007.

MELLUCCI, ALBERTO. A invenção do presente: Movimentos Sociais nas sociedades complexas. S. Paulo: Editora Vozes, 2001.

GOHN, M. G. M. Movimentos Sociais e Educação – 7 ed. – São Paulo : Cortez, 2009, v.

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES

CH: 60

EMENTA:

Concepções e história da Educação não escolar. Processo educativo nos espaços e instituições não escolares: no setor produtivo, nos movimentos sociais, nas entidades da sociedade civil, ambientes de saúde, educação patrimonial e Pedagogia social. Papel do educador na articulação dos conhecimentos e ações no âmbito da sociedade civil organizada: possibilidades e limites.

REFERENCIAS BASICAS

CERONI, Mary Rosane. O perfil do pedagogo para atuação em espaços não escolares. Na I Congresso Internacional Pedagogia Social. Mar. 2006

GADOTTI; Moacir. A Educação Formal, Não-formal e a Informal. Martins Fontes, 2005.

MOLL; Jaqueline. Caminhos da Educação Integral no Brasil. Direito a outros tempos e espaços educativos. Editora Penso, 2012.

PARK; Marareth. Educação Não-Formal: Contextos, percursos e sujeitos. Editora Setembro, 2009.
VERCELLI; Lúgia A.:(org) Educação Não Formal. Pao Editoial, 2ª Edição, 2003

REFERENCIAS COMPLEMENTARES

GOHN, Maria da Glória. Educação não- formal e cultura política. 2 ed São Paulo: Cortez, 2001.

JACOBUCCI, Daniela F. C. Contribuições dos espaços não-formais de educação para a formação da cultura científica. Em Extensão, v.7, n.1, Uberlândia (MG), 2008, p. 55-66.

MARANDINO, Martha. Museus e educação: discutindo aspectos que configuram a didática museal. In: DALBEN, Ângela; DINIZ, Júlio; LEAL, Leiva; SANTOS, Lucíola (orgs.). Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente: educação ambiental, educação em ciências, educação em espaços não-escolares, educação matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 389-401.

DISCIPLINA: ESTATÍSTICA APLICADA À EDUCAÇÃO

CH: 60

EMENTA:

Introdução à Estatística. Métodos estatísticos e sua utilidade para a pesquisa e a leitura da realidade educacional. Técnicas de amostragem. Construção de gráficos e tabelas com informações estatísticas relacionadas à educação no Estado e no país. Análise de indicadores sócio/educacionais quantitativos e qualitativos.

REFERENCIAS BASICAS

BOLFARINI, H , BUSSAB, W. e MORETTIN, P. A. Elementos de Amostragem. 1ª edição. Editora: Edgard Blucher. 2005.

BUSSAB, W. e MORETTIN, P. A. Estatística Básica. 5ª edição. Editora: Saraiva. 2004.

COSTA, S. F. Introdução Ilustrada à Estatística. 4ª edição. Editora: Harbra. 2005.

DOWNING, D. e CLARK, J. Estatística Aplicada. 2ª edição. Editora: Saraiva. 2005.

FARIAS, A. A., SOARES, J. F. e CÉSAR, C. C. Introdução à Estatística. 2ª edição. Editora: LTC. 2003.

REFERENCIAS COMPLEMENTARES

LIMA, A. C. P. e MAGALHÃES, M. N. Noções de Probabilidade e Estatística. 6ª edição. Editora: EDUSP. 2005.

MEYER, P. L. Probabilidade: Aplicações à Estatística. 2ª edição. Editora: LTC. 2000.

MORETTIN, L. G. Estatística Básica. 1ª edição. Volume I e II. Editora: Makron Books. 2000

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE CULTURAL

CH: 60

EMENTA:

A escola como espaço sócio-cultural: clivagens de classe, inter-étnicas, sexuais e de gênero. Identidades e alteridades no Brasil contemporâneo. Diversidade cultural e suas implicações no processo de conhecimento e significação do mundo.

REFERENCIAS BASICAS

Kellner, Douglas. A Cultura da Mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

MEC. 2010 (?). Plano Nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações etnicorraciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana. Brasília: MEC, 60 p.

MOREIRA, Antonio Flávio. 2007. Indagações sobre currículo. Currículo, conhecimento e cultura. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, 48p.

TELLES, Edward. 2012 (2004). “Da democracia racial à ação afirmativa”, cp. 3. Em: O significado da raça na sociedade brasileira. Versão divulgada na internet em Agosto de 2012, pp. 20-64.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2008. “No Brasil todo mundo é índio exceto quem não é”. Em: Encontros – Eduardo Viveiros de Castro, Renato Stutzman (org.). Rio de Janeiro: Azougue Ed., pp. 130-161.

REFERENCIAS COMPLEMENTARES

FREYRE, Gilberto. 2003 (1933). “Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida”. Em: Casa Grande & Senzala – Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, pp 64-155.

Hall, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 9 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

UNESCO. 2001. Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura. Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. 31ª Sessão da Conferência Geral. Paris, disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>.

1.9.3 Prática como Componente Curricular

Importante situar a concepção e o entendimento do papel da prática como componente curricular e do estágio supervisionado, resguardando a especificidade de cada um e sua necessária articulação, bem como a necessária supervisão desses momentos formativos, a caracterização dos mesmos como parte obrigatória da formação tal como delineado no Parecer CNE/CP nº 28/2001 e reforçado no Parecer CNE/CES nº 15/2005.

O Parecer CNE/CP nº 2/2015 da Resolução CNE/CP nº 2/2015 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica ratifica o Parecer CNE/CP nº 28/2001 que distingue a prática como componente curricular do estágio supervisionado:

A prática como componente curricular é, pois, uma prática que produz algo no âmbito do ensino. Sendo a prática um trabalho consciente (...) de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico-científica. Assim, ela deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. **Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador.** Esta correlação teoria e prática é um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de significados na gestão, administração e resolução de situações próprias do ambiente da educação escolar. A prática, como componente curricular, que terá necessariamente a marca dos projetos pedagógicos das instituições formadoras, ao **transcender a sala de aula para o conjunto do ambiente escolar e da própria educação escolar, pode envolver uma articulação com os órgãos normativos e com os órgãos executivos dos sistemas.** Com isto se pode ver nas políticas educacionais e na normatização das leis uma concepção de governo ou de Estado em ação. **Pode-se assinalar também uma presença junto a agências educacionais não escolares tal como está definida no Art. 1º da LDB. Professores são ligados a entidades de representação profissional cuja existência e legislação eles devem conhecer previamente.** Importante também é o conhecimento de famílias de estudantes sob vários pontos de vista, pois eles propiciam um melhor conhecimento do ethos dos alunos. (Grifo nosso)

É fundamental que haja tempo e espaço para a prática, como componente curricular, desde o início do curso e que haja uma supervisão da instituição formadora como forma de apoio até mesmo à vista de uma avaliação de qualidade.

(...) Por outro lado, é preciso considerar um outro componente curricular obrigatório integrado à proposta pedagógica: estágio curricular supervisionado de ensino entendido como o tempo de aprendizagem que, através de um período de permanência, alguém se demora em algum lugar ou ofício para aprender a prática do mesmo e depois poder exercer uma profissão ou ofício. Assim o estágio curricular supervisionado supõe uma relação pedagógica entre alguém que já é um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um aluno estagiário. Por isso é que este momento se chama estágio curricular supervisionado.

Este é um momento de formação profissional do formando seja pelo exercício direto in loco, seja pela presença participativa em ambientes próprios de atividades daquela área profissional, sob a responsabilidade de um profissional já habilitado. Ele não é uma atividade facultativa sendo uma das condições para a obtenção da respectiva licença. Não se trata de

uma atividade avulsa que angarie recursos para a sobrevivência do estudante ou que se aproveite dele como mão-de-obra barata e disfarçada. Ele é necessário como momento de preparação próxima em uma unidade de ensino. (...)

Assim o estágio curricular supervisionado deverá ser um componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade intrinsecamente articulada com a prática e com as atividades de trabalho acadêmico.

Ao mesmo tempo, os sistemas de ensino devem propiciar às instituições formadoras a abertura de suas escolas de educação básica para o estágio curricular supervisionado. Esta abertura, considerado o regime de colaboração prescrito no Art. 211 da Constituição Federal, pode se dar por meio de um acordo entre instituição formadora, órgão executivo do sistema e unidade escolar acolhedora da presença de estagiários. Em contrapartida, os docentes em atuação nesta escola poderão receber alguma modalidade de formação continuada a partir da instituição formadora. Assim, nada impede que, no seu projeto pedagógico, em elaboração ou em revisão, a própria unidade escolar possa combinar com uma instituição formadora uma participação de caráter recíproco no campo do estágio curricular supervisionado.

O Parecer CNE/CES nº 15/2005 ratifica essa compreensão ao afirmar que:

(...) a prática como componente curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio destas atividades, são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso. **As atividades caracterizadas como prática como componente curricular podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas. Isto inclui as disciplinas de caráter prático relacionadas à formação pedagógica, mas não aquelas relacionadas aos fundamentos técnico-científicos correspondentes a uma determinada área do conhecimento.** Por sua vez, o estágio supervisionado é um conjunto de atividades de formação, realizadas sob a supervisão de docentes da instituição formadora, e acompanhado por profissionais, em que o estudante experimenta situações de efetivo exercício profissional. O estágio supervisionado tem o objetivo de consolidar e articular as competências desenvolvidas ao longo do curso por meio das demais atividades formativas, de caráter teórico ou prático. (Grifo nosso)

O referido Parecer destaca, ainda, que:

As disciplinas relacionadas com a educação que incluem atividades de caráter prático podem ser computadas na carga horária classificada como prática como componente curricular, mas o mesmo não ocorre com as disciplinas relacionadas aos conhecimentos técnico-científicos próprios da área do conhecimento para a qual se faz a formação. Por exemplo, disciplinas de caráter prático em Química, cujo objetivo seja prover a formação básica em Química, não devem ser computadas como prática como componente curricular nos cursos de licenciatura. **Para este fim, poderão ser criadas novas disciplinas ou adaptadas as já existentes, na medida das necessidades de cada instituição.** (Grifo nosso).

Na formação docente, a relação teoria e prática deve ocorrer por meio de múltiplas maneiras, conforme o que foi estabelecido,

[...] uma concepção de prática mais como componente curricular implica em vê-la como uma dimensão do conhecimento, que tanto está presente nos cursos de formação nos momentos em que se trabalha na reflexão sobre a atividade profissional, como durante o estágio nos momentos em que se exercita a atividade profissional. (PARECER CNE/CP 9/2001, p. 23).

A partir dessa perspectiva, distingue-se, de um lado, a prática como componente curricular investigativo e, de outro, a prática de ensino desenvolvida no estágio obrigatório definidos em lei. A primeira é mais abrangente, contemplando dispositivos legais a partir do entendimento que se constitui numa prática que produz algo no âmbito do ensino, sendo um trabalho consciente cujas diretrizes se nutrem do Parecer CNE/CP nº 9/2001, devendo ser uma atividade flexível quanto aos outros pontos de apoio do processo formativo.

A prática como componente curricular deve ser planejada na elaboração do projeto pedagógico, e seu acontecer dá-se desde o início da duração do processo em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, concorrendo, conjuntamente, para a formação da identidade do professor como educador. Considera ainda o novo paradigma das diretrizes nacionais sobre a

formação de educadores e suas exigências legais voltadas para um padrão de qualidade nos cursos de licenciatura.

Desse modo, a prática curricular desenvolve atitudes investigativas, reflexivas e atuantes frente à complexidade da realidade educacional. Além disso, cria espaço para o exercício da capacidade de pesquisar o fato educativo, estimulando o estudante à reflexão e à intervenção no cotidiano da prática pedagógica investigativa e promovendo a integração dos estudantes. Pode também socializar experiências que contribuam para a iniciação científica, por meio da prática da pesquisa em educação, no sentido de fortalecer e articular os saberes para a docência na busca da formação da identidade do professor.

No Parecer CNE/CP nº 2/2015, aprovado em 9 de junho de 2015, sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, destaca-se que é importante apreender os processos e, sobretudo, situar a concepção e o entendimento do papel da prática e do estágio supervisionado como componentes curriculares, resguardando a especificidade de cada um e sua necessária articulação, bem como a necessária supervisão desses momentos formativos, a caracterização dos mesmos como parte obrigatória da formação tal como delineado no Parecer CNE/CP nº 28/2001 e reforçado no Parecer CNE/CES nº 15/2005.

A Universidade Estadual do Maranhão, por meio da Resolução nº 1.264/2017 – CEPE/UEMA estabeleceu as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Licenciatura da UEMA, em que define, entre outras orientações voltadas para a construção do currículo desses cursos, os componentes curriculares que formam o núcleo prático, conforme o prescrito pelo Parecer CNE/CP nº 2/2015 e pela Resolução CNE/CP nº 2/2015 que orienta, a saber: Prática Curricular na Dimensão Político-Social, Prática Curricular na Dimensão Educacional, Prática Curricular na Dimensão Escolar e todos os estágios.

O núcleo prático é formado pelos seguintes componentes curriculares: os estágios curriculares supervisionados, as três práticas curriculares e as atividades teórico-práticas.

As três práticas estabelecidas na Resolução nº 1.264/2017 – CEPE/UEMA e fundamentadas a partir da orientação dos Pareceres CNE/CP nº 28/2000, CNE/CES nº 15/2005 e CNE/CP nº 2/2015 da Resolução CNE/CP nº 2/2015 estão assim definidas:

I - Prática Curricular na Dimensão Político-Social (135h);

II - Prática Curricular na Dimensão Educacional (135h) e

III - Prática Curricular na Dimensão Escolar (135h).

A metodologia escolhida para a realização dessas atividades inclui a realização de projetos integradores, os quais serão desenvolvidos do 2º ao 4º período, momentos nos quais o aluno receberá orientações acerca da construção dos projetos e do tempo específico para desenvolvê-los. Em cada um desses períodos os projetos envolverão outras disciplinas, numa perspectiva interdisciplinar. Dentre essas atividades, podemos citar a participação em pesquisas educacionais, programas de extensão, elaboração de material didático, desenvolvimento de projetos de eventos científicos, entre outros.

As práticas curriculares serão desenvolvidas em diferentes contextos educacionais e terão elementos teóricos e didático-metodológicos a fim de potencializar as práticas docentes. Devem enfatizar o conhecimento interdisciplinar e possibilitar uma constante atualização curricular, tratando de questões emergentes no aspecto científico-político-sociocultural. Devem suscitar a reflexão da prática formativa, com fins interventivos conscientes e sistematicamente na realidade educacional em que se inserem, colaborando dessa forma, com a qualidade do ensino e com a formação de pessoas cidadãs aptas a construir uma sociedade menos desigual (Caderno de Práticas Curriculares, 2010, p.9). Poderá ser feita em forma de projetos temáticos com envolvimento da comunidade escolar ou em espaços não formais da comunidade, tais como: oficinas de trabalho; produção de textos, produção de materiais didáticos tais como: livretos, cartilhas, jogos,, visitas científicas, viagens culturais, etc. a depender da prévia aprovação da Direção dos Cursos de Licenciatura.

Distribuição da carga horária de Prática Curricular em três períodos nos Cursos de Licenciatura da UEMA.

Períodos	Reunião como professor/tutor	Atividade independente do aluno	Produção do Trabalho Final	Total
2º	45 h	60h	30h	135h
3º	45h	60h	30h	135h
4º	45h	60h	30h	135h
TOTAL	135h	180h	90h	405h

Fonte: Dimensão prática nos cursos de licenciatura: organização técnico-pedagógica da UEMA.

O processo formativo do professor como prática pedagógica reflexiva e investigativa visa buscar o saber e o fazer como tarefa interativa, presente na significação social da profissão, na reflexão e na investigação da atividade profissional, valorizada pela pesquisa individual e coletiva, no sentido de fortalecer e articular os saberes da docência na formação da identidade do professor como educador.

Entre as ações a serem desenvolvidas pelo estudante no âmbito da prática curricular, destaca-se a participação em atividades voltadas à pesquisa, à reflexão e à intervenção em situações problemas na comunidade. Para tanto, o estudante será devidamente encaminhado à instituição de ensino ou outros espaços educacionais credenciados (APÊNDICE A).

Para a consecução da PPC, entende-se que as metodologias propostas podem considerar os seguintes procedimentos como:

- Observação de diferentes dimensões da prática educativa; reflexão; registros de observações realizadas e resolução de situações-problema;
- Observação e reflexão sobre a prática educativa com a possibilidade de utilização de tecnologias de informação;
- Levantamento e análise de materiais e livros didáticos;
- Levantamento e análise de documentos relativos à organização do trabalho na escola;
- Coleta e análise de narrativas orais e escritas de profissionais da educação, estudantes e pais ou responsáveis pelos alunos da escola básica;
- Estudos de caso delineados a partir dos desafios encontrados no contexto escolar relacionados a: questões de ensino e de aprendizagem; projetos educativos; articulação entre profissionais e diferentes setores da escola; relação família e escola; formação continuada de professores e de gestores da escola básica.

A prática curricular terá como objetivo articular diferentes conjuntos de conhecimentos, saberes e experiências que serão adquiridos e vivenciados pelos

estudantes em diferentes tempos e espaços no transcorrer do curso, de maneira a aprofundar a compreensão da prática educativa em contextos distintos. Deverá, portanto, atender às especificidades de cada curso de licenciatura da UEMA.

As atividades na prática curricular serão norteadas por temáticas específicas de acordo com o Projeto Pedagógico de cada curso ou Programa Especial de Formação de Professores. Está organizada em um total de 405 (quatrocentas e cinco) horas equivalente a 09 (nove) créditos, distribuídas do segundo ao quinto período do curso. A avaliação das atividades relacionadas à Prática Curricular será feita pelo professor (a) no decorrer desse componente curricular.

Concepções das Práticas Curriculares no Curso de Pedagogia Licenciatura

➤ Prática Curricular na Dimensão Político-Social - 135 horas

A **Prática Curricular na Dimensão Político-Social** visa orientar e fornecer a formação dos saberes da docência por meio de ferramentas didático pedagógicas para que possam realizar práticas curriculares contextualizadas e interdisciplinares, a partir de conteúdos que demonstrem a dimensão político-social da Educação. Esta prática deverá proporcionar a compreensão das funções sociais e políticas da Educação, da escola como instituição social inserida em uma comunidade, além da contextualização das problemáticas sociais, culturais e educacionais, desenvolvidas por meio de projetos educacionais temáticos a partir de questões cientificamente relevantes das práticas curriculares em uma visão interdisciplinar e multidisciplinar.

➤ Prática Curricular na Dimensão Educacional– 135 horas

A **Prática Curricular na Dimensão Educacional** tem o intuito de contribuir na formação dos saberes da docência, considerando as concepções sobre a significação social da profissão, a relevância da atividade docente e no espaço pedagógico do professor. Essa prática deverá permitir a organização da ação docente voltada para sua atuação, na direção do ensino, da pesquisa e da extensão, possibilitando também conhecer as metodologias de ensino desenvolvidas pelos professores na educação básica, na busca da construção da identidade do ser professor, na sociedade atual. Essa prática curricular deve ser desenvolvida na visão interdisciplinar e multidisciplinar por meio da construção e desenvolvimento de projetos educativos temáticos.

➤ **Prática Curricular da Dimensão Escolar – 135 horas**

A **Prática Curricular na Dimensão Escolar** visa contribuir com a formação dos saberes da docência, considerando a dimensão democrática e participativa na escola como ambiente da formação social do indivíduo cidadão para o exercício consciente da cidadania, devendo abordar a escola a partir da diversidade que deve fundamentar o projeto pedagógico, na sua estrutura, organização e dinâmica administrativa-técnico-pedagógica, buscando por meio da construção e do desenvolvimento de projetos educativos que contemple a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; a valorização do profissional da educação; a gestão democrática do ensino público; a garantia de um padrão de qualidade; a valorização da experiência extraescolar; a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial, entre outros, constituem princípios vitais para a melhoria e democratização da gestão e do ensino.

Tempo e Espaço das Práticas

As práticas curriculares serão desenvolvidas no decorrer do período de acordo com o cronograma previamente estabelecido.

Primeiro período de 45 horas: Nas primeiras 20 horas, serão realizadas atividades em sala de aula com o professor (a) com a finalidade de orientar, acompanhar e avaliar as atividades de elaboração dos projetos, instrumentos, levantamentos de dados e informações. Ao final dessas primeiras 20h, o aluno deverá apresentar um esboço de projeto ou plano de atividades a serem executados no espaço educativo definido previamente. As 25 horas que faltam para totalizar as 45 horas da 1ª unidade serão trabalhadas de acordo com o cronograma estabelecido no plano de trabalho ou projeto, constando de:

- Revisão da literatura da temática escolhida;
- Visitas aos espaços educacionais com vistas a investigação ou desenvolvimento de atividades pedagógicas (levantamento de dados, documentos legais), quais sejam:
 - a) estudo do planejamento de ensino do período correspondente a etapa do desenvolvimento das práticas com vistas a interdisciplinaridade;

- b) levantamento da realidade estudada;
- c) leitura e análise do Projeto Pedagógico da Escola;
- d) leitura do Regimento Interno da Escola;
- e) leitura dos projetos desenvolvidos pela escola.

A operacionalização deverá ser em grupo. O acompanhamento pedagógico será feito pelo professor em encontros presenciais. Os demais acompanhamentos serão realizados via e-mail com a obrigatoriedade de ambas as partes realizarem as devolutivas dos e-mails.

Segundo período de 45 horas: Nas primeiras 20 (vinte) horas, o professor deverá orientar os alunos acerca da organização e tratamento dos dados coletados, bem como de todo o material bibliográfico levantado para a fundamentação do projeto ou plano de trabalho. Além disso, o professor deverá entregar o roteiro de relatório do componente curricular. Nas 25 (vinte e cinco) horas restantes, o aluno deverá elaborar a primeira versão do relatório, de acordo as orientações estabelecidas previamente, e entregar ao professor para avaliação.

Terceiro período de 45 horas: Nas 25 (vinte e cinco) horas, o aluno deverá organizar a apresentação do relatório a partir das orientações estabelecidas pelo professor quanto aos procedimentos. Nas 20 (vinte) horas restante, preparação e realização do seminário ou ação social da prática com a participação de comunidade. Etapa da elaboração do relatório com carga horária de 25 horas para:

- O registro dos diários será feito de 45 em 45 horas.
- As atribuições de nota serão distribuídas da seguinte forma:
 - Primeira nota – elaboração do projeto e instrumentos de levantamentos de dados e informações;
 - Segunda nota – elaboração de relatório com análise dos dados e informações;
 - Terceira nota – apresentação oral no seminário.

Quanto aos tipos de atividades da PCC propostas pelos professores, a constarem nos planos de ensino das disciplinas, em processo permanente de construção, acompanhamento e avaliação, deverão permitir uma reflexão pedagógica e,

consequentemente, o aprendizado em torno de conteúdos ministrados nas disciplinas visando sua transformação para o contexto de ensino na educação básica, cujas atividades podem ser:

1) referentes à análise/avaliação e elaboração de proposições de estratégias didáticas relativas ao processo ensino/aprendizagem. As atividades de análise e avaliação constitui-se de: análises de livros didáticos com confecção de textos, a identificação de dificuldade de compreensão teórica de conceitos pedagógicos na educação básica, a avaliação de determinadas estratégias didáticas para o processo de aprendizagem, a elaboração de estratégias didáticas para promover aprendizagem do pensamento crítico em várias disciplinas, o planejamento e avaliação de estratégias didáticas com objetivos significativos de formação crítica que possam ser desenvolvidas na educação básica, oficinas de vivência com práticas de ensino, elaboração coletiva de proposições de ensino a partir de temas interdisciplinares por meio de minicursos, etc.

2) referentes à análise/avaliação e a produção de materiais didáticos. As atividades de análise e avaliação podem ser realizadas sobre conteúdos de filmes didáticos, de mídias, de materiais instrucionais, de livros didáticos, de experiências e relatos de práticas pedagógicas em ambientes escolares ou não escolares. As atividades de produção de materiais didático-pedagógicos podem ser: planos de aula, cartilhas, jogos e brinquedos educativos, tecnologias multimídias aplicados a educação, planos e modelos de aulas, práticas de análise e avaliação do livro didático, sequencias didáticas.

3) referentes à participação em projetos de ensino, de pesquisas e de ações de intervenção em ambiente escolares e não escolares. Também estão previstas 10% da carga horária para a participação dos acadêmicos em projetos de ensino, pesquisas educacionais, programas/projetos de extensão e desenvolvimento de projetos de eventos científicos, entre outros, desde que as reflexões entorno dos conteúdos ministrados nessas atividades visem sua transformação para o contexto de ensino na educação básica e/ou intervenção em situações problemas na comunidade escolar ou não-escolar. Essas atividades serão desenvolvidas ao longo do curso, no contexto das disciplinas, com elementos teórico-metodológicos interdisciplinares que possibilitem a constante atualização curricular em face de temas emergentes no aspecto científico-político-sociocultural.

Entre as atividades teórico-metodológicas previstas, a serem desenvolvidas pelo estudante, devidamente encaminhados à instituição de ensino ou outros espaços educacionais credenciados destacam-se:

- a observação de diferentes dimensões da prática educativa; reflexão; registros de observações realizadas e resolução de situações-problema;
- a observação e reflexão sobre a prática educativa com a possibilidade de utilização de tecnologias de informação;
- o levantamento e análise de documentos relativos à organização do trabalho na escola; a coleta e análise de narrativas orais e escritas de profissionais da educação, estudantes e pais ou responsáveis pelos alunos da escola básica; e,
- estudos de caso delineados a partir dos desafios encontrados no contexto escolar relacionados a: questões de ensino e de aprendizagem; projetos educativos; articulação entre profissionais e diferentes setores da escola; relação família e escola; e, a formação continuada de professores e de gestores da escola básica.

1.9.4 Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado no Curso de Pedagogia Licenciatura está organizado de acordo com a Resolução CNE/CP nº 02 de 1º de julho de 2015 e a Resolução CEPE/UEMA nº 1264 de 06 de junho de 2017, que institui 405 horas dedicadas ao Estágio Curricular Supervisionado, bem como pelas Normas Gerais do Ensino de Graduação, conforme Resolução nº1045/2012 – CEPE/UEMA, de 19 de dezembro de 2012.

Conforme o Art. 13 das Normas Gerais do Ensino de Graduação, o estágio é ato educativo supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho produtivo, para estudantes regularmente matriculados, como parte do projeto pedagógico de cada curso de graduação, objetivando o desenvolvimento acadêmico do cidadão, visando à vida para o trabalho.

Em atendimento ao Art. 8º da Resolução CEPE/UEMA nº 1264, de 06 de junho de 2017, o Estágio Curricular Supervisionado, no Curso de Pedagogia, será realizado mediante regência de classe e intervenção sistematizada em situações que se apresentam no campo de estágio, conforme a seguinte distribuição de carga horária:

I – Estágio Curricular Supervisionado na Educação Infantil – 135h;

II – Estágio Curricular Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – 135h;

III – Estágio Curricular Supervisionado em Áreas Específicas – 135h.

Os estágios serão desenvolvidos em contextos escolares, compreendendo as escolas da rede pública municipal e estadual de ensino, do município de Caxias. Os estágios em contextos não escolares compreendem a Educação popular (ONG,s, comunidades quilombolas, associações, comunidades ribeirinhas, pastorais sociais e filantrópicas, comunidades ciganas, liberdade assistida e Centros de Assistência Social – criança, adolescente, juventude, idosos, dentre outros) e Educação Profissional (Serviço Social da Indústria/SESI, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial/SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial/SENAC, empresas, bancos, hospitais, Instituto Nacional do Seguro Social/INSS, Correios, Ciretran).

Constam no Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Pedagogia Licenciatura (Anexo I): a natureza, os objetivos, a estrutura, o funcionamento, a carga horária, a delimitação do campo de estágio; as atribuições do Coordenador de Estágio do Curso de Pedagogia, do professor orientador do Estágio e do aluno-estagiário do Curso de Pedagogia; e, as atividades e avaliação do Estágio Curricular Supervisionado.

1.9.5 Atividades Teórico-Práticas – ATP

Com base na Resolução N° 1264/2017-CEPE/UEMA, as Atividades Teórico-Práticas – ATP, obedecem o disposto:

Art. 10 - O componente curricular Atividades Teórico-Práticas (ATP) de aprofundamento em áreas específicas nos cursos de licenciatura da UEMA deverá enriquecer o processo formativo do estudante como um todo.

§ 1º As atividades teórico-práticas de aprofundamento, na UEMA, têm carga horária total de 225 horas e corresponde a cinco créditos de 45 horas cada.

§ 2º O aluno deverá formalizar requerimento com documentação comprobatória das ATP junto à Secretaria do curso, para avaliação e parecer do colegiado e conseqüente registro no SigUema pela direção do curso.

§ 3º Para cumprir a carga horária das atividades teórico-práticas, estabelecidas no currículo do curso, serão aceitas atividades realizadas no âmbito da UEMA e de outras instituições legalmente reconhecidas.

Art. 11 A universidade deverá incentivar, orientar e aproveitar a participação do estudante em atividades de ensino e iniciação à docência, de iniciação à pesquisa e de extensão.

Art. 12 As atividades teórico-práticas são componentes obrigatórios do currículo dos cursos de licenciatura e constituem-se como requisito indispensável para a conclusão do curso.

Art. 13 A contabilização da carga horária total de 225 horas deverá ser composta a partir dos três grupos de atividades.

Grupo I – Atividades de Ensino e Iniciação à Docência

Grupo II – Atividades de Iniciação à Pesquisa

Grupo III – Atividades de Extensão

Grupo IV – Atividades de Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

§ 1º As informações de orientação aos estudantes são de responsabilidade do diretor do curso que, no início do semestre letivo, deverá informar aos estudantes o período para encaminhar seus documentos comprobatórios das ATP.

§ 2º O período estabelecido para os estudantes encaminharem suas ATP deve ter a primeira contagem da carga horária no quarto, a segunda no sexto e a última no oitavo período.

As Atividades Teórico-Práticas – ATP no curso de Pedagogia Licenciatura da UEMA deverão enriquecer o processo formativo do estudante como um todo, e nesse aspecto a Universidade incentiva, orienta e aproveita a participação do estudante em atividades que envolvam a extensão.

As ATP têm carga horária total de 225 (duzentas e vinte e cinco) horas, sendo o registro e o controle feito pela diretora do curso, utilizando os critérios estabelecidos na Resolução 1264/2017-CEPE/UEMA para contabilização da carga horária, conforme quadro, em anexo.

1.9.6 Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

De acordo com o capítulo VI artigo 88, das Normas Gerais de Graduação aprovada pela Resolução nº 1045/2012-CEPE/UEMA, de 19 de dezembro de 2012 a elaboração de um trabalho científico, observadas as exigências das Normas Técnicas Internacionais, denominado Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para efeito de registro no histórico acadêmico, é condição indispensável para a conclusão do Curso de Graduação.

O Art. 92 preconiza que o Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser elaborado em duas fases, até no mínimo em dois períodos letivos consecutivos, a critério do acadêmico, consideradas nos 1º e 2º parágrafos, conforme a descrição abaixo:

§ 1º - Na primeira fase, o acadêmico apresentará, na data designada pelo diretor do curso, um Projeto de Trabalho, devidamente assinado pelo professor orientador, que deverá ser homologado pelo colegiado de curso.

§ 2º - Na segunda fase, o estudante desenvolverá o projeto aprovado, que deverá ser entregue na data designada pelo diretor do curso.

A elaboração do TCC no Curso de Pedagogia tem sido realizada pelos acadêmicos como autoria de um único estudante, consideradas o seu interesse pela temática de investigação e articulados com as linhas de pesquisa dos professores orientadores que versam sobre os seguintes eixos: gestão escolar, alfabetização e letramento, avaliação educacional, currículo, educação especial e inclusiva, articulados às questões relacionadas à prática pedagógica e formação de professores para a Educação Básica.

Considerando o disposto no Art. 92, a elaboração do TCC é desenvolvida em duas fases:

- a) No 6º período, os acadêmicos elaboram os projetos de investigação como requisito para a aprovação na disciplina Projeto de Pesquisa;
- b) No 7º período iniciam suas atividades de orientação com os professores orientadores, que os acompanharão até a produção final do TCC, embora a efetivação da matrícula no sistema acadêmico aconteça somente no 8º período.

Considerando a dificuldade dos acadêmicos na elaboração do TCC, visto que muitos não conseguiam defender em tempo hábil, conforme o período de integralização curricular previsto no projeto pedagógico do curso, em 2015 o Curso de Pedagogia criou o Encontro de Pesquisadores, como ferramenta pedagógica continuada de socialização de saberes e de diálogos entre professores/pesquisadores e estudantes iniciantes na pesquisa, qualificação dos projetos de pesquisa em sentido de práxis educativa, com vistas a apoiar os alunos no processo de elaboração do TCC.

1.10 Metodologia de funcionamento do curso (métodos ativos de ensino-aprendizagem, estratégias e atividades educacionais previstas/implantadas no curso)

As metodologias de trabalho adotadas para a realização dos processos de ensino-aprendizagem estão fundamentadas no pressuposto da interdisciplinaridade como condição inerente ao ensino e objetivam a aprendizagem dos educandos para o seu desenvolvimento humano, sendo desenvolvidas por meio de: aulas expositivas,

atividades de pesquisa como princípio educativo, estudos em grupo, debates, dentre outras metodologias.

O planejamento da ação didática para cada semestre será realizado coletivamente, por blocos de conteúdos de cada período letivo, culminando com o Seminário Integrador de produção de conhecimento cujo objetivo será socializar os conhecimentos de maneira integrada, possibilitando a articulação entre as disciplinas trabalhadas por blocos de conteúdos, em cada período letivo, a fim de garantir o caráter interdisciplinar inerente ao ensino como prática social.

As tecnologias da informação estarão integradas ao processo de ensino-aprendizagem como suporte pedagógico, cabendo ao professor o papel de mediador do processo de produção do conhecimento.

1.11 Avaliação

O processo avaliativo desenvolvido no Curso de Pedagogia Licenciatura está estruturado nos seguintes níveis da avaliação educacional: avaliação da aprendizagem e avaliação institucional (interna e externa).

1.11.1 Avaliação da Aprendizagem

A sistemática de avaliação da aprendizagem dos acadêmicos atende ao disposto no Capítulo IV das Normas Gerais do Ensino de Graduação da UEMA, aprovadas pela Resolução nº. 1045/2012 - CEPE/UEMA, de 19/12/2012, que trata, dentre outros aspectos avaliativos:

Art. 65 – A verificação da aprendizagem será feita por disciplina, abrangendo frequência e aproveitamento, ambos eliminatórios.

Art. 66 – A verificação da aprendizagem será apurada por meio de três avaliações relativas ao programa da disciplina.

§ 1º - As formas e as datas das avaliações do processo ensino-aprendizagem devem estar previstas no plano de ensino da disciplina.

§ 2º - Nos cursos presenciais, as avaliações são correspondentes ao primeiro, segundo e terceiro terços do programa das disciplinas.

§ 3º - O resultado da verificação da aprendizagem será expresso em nota variável de zero a dez, com, no máximo, uma casa decimal.

Art. 67 – Será considerado aprovado em cada disciplina, o estudante que obtiver nota geral da disciplina igual ou superior a 7 (sete).

Em consonância com a sistemática avaliativa acima descrita, partimos do pressuposto de que a finalidade precípua da avaliação é garantir a aprendizagem dos alunos. Nesse sentido, as práticas avaliativas realizadas no curso deverão ter como ponto de partida a possibilidade de novas estratégias para a organização do trabalho pedagógico, caracterizando a avaliação da aprendizagem dos estudantes um processo contínuo, democrático e comunicacional.

Assim, as práticas avaliativas serão realizadas em atendimento ao exigido nas Normas Gerais do Ensino de Graduação, por meio de instrumentos diversificados (prova escrita, autoavaliação, portfólio, seminários, debates, relatórios de pesquisa, dentre outros) de modo a contribuir para a formação dos estudantes.

1.11.2 Avaliação Institucional

A política de avaliação institucional da Universidade Estadual do Maranhão está alinhada ao que preconiza o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), criado pela Lei Federal nº 10. 861, de 14 de abril de 2004. O SINAES tem por finalidade a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Em conformidade com o preconizado pelo SINAES, o PDI refirma que (2017, p. 168), a política de avaliação institucional da Uema tem por objetivo a busca permanente da qualidade acadêmica, científica e cultural da Instituição, a fim de contribuir para ampliar e diversificar sua inserção nos âmbitos regional, nacional e internacional, bem como para atingir critérios elevados de desempenho [...].

Nesse contexto, os processos avaliativos institucionais acontecem por meio da autoavaliação (interna) e da avaliação externa. A autoavaliação é coordenada pela Comissão Própria de Avaliação, e [...] é um processo constante que objetiva visualizar

as fragilidades e potencialidades da instituição no intuito de produzir conhecimentos que direcionem uma permanente atitude de tomada de decisão sobre a qualidade dos serviços prestados [...] (PDI, 2017, p. 168).

A autoavaliação acontece por meio da Avaliação da Graduação/Avalgrad, realizada semestralmente nos cursos de licenciatura e bacharelado, objetivando a produção e, posterior, análise de dados necessários para a avaliação dos processos formativos, visto que [...] aciona a dimensão da responsabilidade que inclui a participação efetiva de todos nos processos e na análise dos produtos acadêmicos (CUNHA, 2005, p. 203).

A avaliação institucional externa é realizada pelas comissões de avaliadores do Conselho Estadual de Educação – CEE/MA e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/INEP, para os cursos presenciais e à distância, respectivamente. O processo avaliativo externo tem como referência o padrão de qualidade da educação superior nas dimensões de avaliação preconizadas pelo SINAES, a saber: a missão e o plano de desenvolvimento institucional; a política de ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão; a responsabilidade social da IES; a comunicação com a sociedade; as políticas de pessoal, de carreira do corpo docente e técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento e condições de trabalho; a organização e gestão da instituição; a infraestrutura física; o planejamento e a avaliação; as políticas de atendimento aos estudantes e egressos; e, a sustentabilidade financeira (CUNHA, 2005, p. 205).

Conforme o PDI (2017, p. 168),

O processo de avaliação externa é realizado mediante análises documentais, visitas in loco, interlocução com docentes, discentes, servidores técnicos-administrativos e da comunidade local ou regional considerando ainda o relatório de autoavaliação e informações a exemplo de dados derivados do Censo e Cadastro da Educação Superior, do Enade, de relatórios Capes e Currículos Lattes. Os resultados da avaliação externa ensejarão os processos de regulação que dizem respeito a: Atos Autorizativos - credenciamento de IES, autorização e reconhecimento de cursos e Atos Regulatórios - recredenciamento de IES e renovação de reconhecimento de cursos.

Outro componente do SINAES é o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes/ENADE cujo objetivo é avaliar o desempenho dos estudantes com relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional, e o nível de atualização dos

estudantes com relação à realidade brasileira e mundial. Realizado desde 2004, o ENADE é um componente curricular obrigatório para a obtenção do título de graduado.

O Curso de Pedagogia Licenciatura alinha-se à política de avaliação institucional da Uema, com a participação de alunos e professores do curso, objetivando a melhoria da qualidade do processo formativo, com base na análise pedagógica dos dados produzidos pela Avaliação da Graduação, realizada semestralmente e discutida pela Comissão Própria de Avaliação/CPA local.

2 DIMENSÃO 2 - CORPO DOCENTE E TUTORIAL

2.1 Núcleo Docente Estruturante – NDE

O NDE integra a estrutura de gestão acadêmica em cada curso de graduação, é regido pela Resolução N° 01 de 17 de junho de 2010 do CONAES e pela Resolução N° 826/2012 – CONSUN/UEMA, sendo responsável pela elaboração, implementação, atualização e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso, tendo as seguintes atribuições:

I – contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

II – zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

III – indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

IV – zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

O NDE é constituído pelo(a) Coordenador(a) do Curso, como seu presidente e por no mínimo mais 4 (quatro) docentes que ministram disciplinas no curso, sendo o limite máximo definido pelo Colegiado do Curso.

Atualmente, o NDE do Curso de Pedagogia Licenciatura está constituído pelos seguintes membros, de acordo com Portaria 21/2017:

Professor			Curso	Função
Georgyanna Morais	Andréa	Silva	Pedagogia	Presidente
Raimundo	Nonato	Moura	Pedagogia	Membro

Oliveira Cacilda Figueiredo Neri de Aguiar	Pedagogia	Membro
Cleia Maria Lima Azevedo Benigna Maria Assunção Couto	Ciências Sociais Pedagogia	Membro Membro
Maria Lourdene Paula Costa Franc-Lane Sousa Carvalho do Nascimento	Pedagogia Pedagogia	Membro Membro

2.2 Gestão do Curso

O *Curso de Pedagogia Licenciatura* do CESC, é atualmente coordenado pela Profa. Dra. Georgyanna Andréa Silva Morais, presidente do Colegiado de Curso, exercendo função desde janeiro de 2015, de acordo com as Portarias N.º 231/2015-GR-UEMA (biênio 2015-2016) e N.º 35/2017-GR-UEMA (biênio 2017-2018).

Quanto ao corpo técnico-administrativo atual, conta com a estagiária Lays da Conceição Pires, a chefe da Diretoria de Registro e Controle Acadêmico Amanda Lucielle da Cruz Rocha, a secretária da Escolaridade Roseane de Sousa Oliveira, e o chefe dos Recursos Humanos Warlison Rodrigues Rocha da Silva.

2.3 Colegiado de Curso

O Colegiado é um órgão deliberativo e consultivo do Curso, conforme o que determina o Art. 49 e seus segmentos do Estatuto da UEMA, seção V, reproduzido ainda, no Art. 20 e seus segmentos, do Regimento dos Órgãos Deliberativos e Normativos da UEMA:

Art. 49. Os Colegiados de Curso são órgãos deliberativos e consultivos dos Cursos e terão a seguinte composição: I - o Diretor de Curso como seu Presidente; II - representantes dos Departamentos cujas disciplinas integrem o Curso, na razão de um docente por cada quatro disciplinas ou fração; III- um representante do corpo discente por habilitação.

Art. 20. Os Colegiados de Curso terão a seguinte composição: I - o diretor de Curso como seu presidente; II - representantes dos Departamentos cujas disciplinas integrem o Curso, na razão de um docente por cada quatro disciplinas ou fração; III - um representante do corpo discente por habilitação.

O mandato dos membros do Colegiado do Curso de Pedagogia Licenciatura é de dois anos ou enquanto permanecer no cargo, no caso do Presidente; de dois anos ou enquanto permanecerem lotados no Departamento, no caso dos representantes docentes

e de um ano para os representantes do corpo discente, regularmente matriculados. O Colegiado de Curso se reunirá uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocados por seu presidente ou pela maioria da totalidade dos seus membros em exercício. As demais disposições referentes ao Colegiado de Curso estão definidas no Regimento dos Órgãos Deliberativos e Normativos da UEMA.

Esse órgão está, atualmente, tem a seguinte composição, de acordo com a Portaria 22/2017:

Professor	Departamento/Curso	Função
Georgyanna Andréa Silva Morais	Pedagogia	Presidente
Raimundo Nonato Moura Oliveira	Pedagogia	Membro
Cacilda Figueiredo Neri de Aguiar	Pedagogia	Membro
Cleia Maria Lima Azevedo	Ciências Sociais	Membro
Rosane Lopes e Silva	Ciências Sociais	Membro
Benigna Maria Assunção Couto	Pedagogia	Membro
Maria Lourdene Paula Costa	Pedagogia	Membro
Franc-Lane Sousa Carvalho do Nascimento	Pedagogia	Membro
Márcia Raika e Silva Lima	Pedagogia	Membro
Marinalva Veras Medeiros	Pedagogia	Membro
Maria Lúcia Aguiar Teixeira	Pedagogia	Membro
Shirlane Maria Batista da Silva	Pedagogia	Membro
Edna Ribeiro de Castro	Pedagogia	Membro
Mariângela Santana Guimarães Santos	Pedagogia	Membro

2.4 Corpo Docente

O Curso de Pedagogia Licenciatura conta com um corpo docente efetivo composto por 15 professores efetivos.

Tabela 09. Relação de professores do Curso de Pedagogia Licenciatura do Centro de Estudos Superiores de Caxias, com respectivas titulação, regime de trabalho e disciplinas que lecionam.

CORPO DOCENTE										
NOME	REGIME			TITULAÇÃO	SITUAÇÃO FUNCIONAL		DISCIPLINA	Experiência profissional docente	Experiência no exercício da docência na educação Básica	Experiência no exercício da docência superior
	20H	40H	TIDE		Contrato	Efetivo				
Angela Maria Vasconcelos de Sousa*		X		Especialista		X		X		
Benigna Maria de Assunção Couto		X		Mestre		X	Psicologia da Aprendizagem, Psicologia do Desenvolvimento, Língua Brasileira de Sinais, Educação Especial e Inclusiva	X	27 anos	22 anos
Cacilda Figueiredo Neri de Aguiar		X		Mestre		X	Didática, Avaliação Educacional e Escolar, Estágio Curricular Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Estágio Curricular Supervisionado em Áreas Específicas	X	30 anos	28 anos
Edna Ribeiro de Castro			X	Mestre		X	Sociologia, História da Educação, História da Educação Brasileira, Currículo	X	6 anos	16 anos
Elizângela Fernandes Martins		X		Doutora		X	Gestão Escolar, Introdução à Pedagogia, Organização do Trabalho Pedagógico, Estágio Curricular Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	X	25 anos	17 anos
Franc-Lane Sousa Carvalho do Nascimento		X		Doutora		X	Estágio Curricular Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Metodologia da	X	16 anos	12 anos

							Pesquisa, Projeto de Pesquisa, Prática Curricular na Dimensão Educacional, Prática Curricular na Dimensão Escolar.			
Georgyanna Andréa Silva Morais		X		Doutora		X	Letramento e Alfabetização, Didática, Avaliação Educacional e Escolar, Planejamento Educacional, Política Educacional, Prática Curricular na Dimensão Educacional, Projeto de Pesquisa	X	20 anos	07 anos
Márcia Raika e Silva Lima		X		Doutora		X	Psicologia, Psicologia da Aprendizagem, Psicologia do Desenvolvimento, Língua Brasileira de Sinais, Educação Especial e Inclusiva	X	25 anos	12 anos
Maria do Carmo Cavalcante Lacerda		X		Especialista		X	Didática, Política Educacional Brasileira, Currículo, Prática Curricular na Dimensão Educacional, Prática Curricular na Dimensão Escolar.	X	20	10 anos
Maria Lourdene Paula Costa			X	Mestre		X	Ludicidade e Educação, Estágio Curricular Supervisionado na Educação Infantil, Fundamentos e Metodologia da Educação Infantil, Fundamentos e Metodologia do Ensino de Ciências Naturais	X	07 anos	15 anos
Maria Lúcia Aguiar Teixeira		X		Doutora		X	Política Educacional Brasileira, Prática Curricular na Dimensão Educacional, Prática Curricular na Dimensão Escolar, Didática,	X	25 anos	28 anos

							Metodologia Científica			
Mariângela Santana Guimarães Santana		X		Doutora		X	Fundamentos e Metodologia do Ensino de História, Fundamentos e Metodologia do Ensino de Geografia, Estágio Curricular Supervisionado em Áreas Específicas, Didática	X	24 anos	25 anos
Marinalva Veras Medeiros		X		Mestre		X	Ludicidade e Educação, Sociologia, Sociologia da Educação, Letramento e Alfabetização, Projeto de Pesquisa, História da Educação, História da Educação Brasileira, Fundamentos e Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa	X	27 anos	6 anos
Raimundo Nonato Moura Oliveira		X		Doutor		X	Projeto de Pesquisa, Didática, Currículo, Filosofia, Filosofia da Educação, Prática Curricular na Dimensão Político-Social, Prática Curricular na Dimensão Educacional, Prática Curricular na Dimensão Escolar	X	20 anos	10 anos
Shirlane Maria Batista Miranda da Silva		X		Doutora		X	Currículo, Política Educacional Brasileira, Estágio Curricular Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Estágio Curricular Supervisionado em Áreas Específicas	X	28 anos	28 anos

* A Profª Angela Maria Vasconcelos de Sousa está afastada, em processo de aposentadoria.

3 DIMENSÃO 3 - INFRAESTRUTURA

3.1 Infraestrutura física existente para desenvolvimento das atividades pedagógicas

O Curso de Pedagogia Licenciatura dispõe, atualmente, de quatro salas de aulas (depende da quantidade de turmas oferecidas no semestre), uma sala para coordenação do curso, uma sala de pesquisa e um Laboratório Lúdico-Pedagógico.

O Laboratório Lúdico-Pedagógico tem como objetivo central oferecer suporte didático-pedagógico e de materiais, no campo da ludicidade, para os cursos de graduação, pós-graduação, extensão universitária e para a prestação de serviços à comunidade em geral, visto que propõe a realização de atividades sistemáticas de estudos e pesquisas sobre brinquedos e jogos como objetos de conhecimento, bem como a produção de um acervo de materiais lúdicos para colaborar na formação do educador. Nesse sentido, a implementação do Laboratório Lúdico-Pedagógico para o curso de Pedagogia, favorecerá o aperfeiçoamento profissional à medida que, organizado como espaço de Ensino, Pesquisa e Extensão, em suas temáticas de conhecimentos, possa estimular os formandos a experimentar um campo interdisciplinar de observação, de aprendizagem e de desenvolvimento profissional e acadêmico, articulados a outras áreas afins, contribuindo de maneira significativa na produção científica e na formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores, como dispositivo para a troca de saberes entre universidade e a escola básica.

3.2 Acervo Bibliográfico

A infraestrutura da UEMA está organizada para atender às atividades da gestão educacional, dos serviços administrativos e do desenvolvimento pedagógico dos cursos de graduação e pós-graduação. Os espaços pedagógicos atendem às demandas da formação profissional proposta para os cursos de licenciatura. Para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, a Instituição dispõe, nos *campi*, salas de aula, auditório, laboratórios de informática com equipamentos de multimídia, conectados à internet, e biblioteca. Além disso, há disponível, no *site* da UEMA, o acervo da **Biblioteca Virtual Universitária Pearson**.

A Biblioteca do CESC é denominada de Biblioteca Vespasiano Ramos e tem como responsável o bibliotecário Wilberth Santos Raiol, que conta com os auxiliares de biblioteca Oswaldino Rocha da Silva Filho e Alderlene Sousa de Oliveira e os estagiários Aurilene Pereira dos Reis, Juliete da Silva Costa, Luciano Silva Gouveia, Sabrina Silva de Almeida e Valéria Regina Cardoso Cunha.

O horário de funcionamento é das 08:00h às 21:30h. A quantidade de títulos por empréstimo é de três títulos diferentes, se estendendo para cinco títulos, caso o aluno estiver em elaboração de monografia e a quantidade de dias para empréstimo é de 10 dias, podendo ser renovado por mais 10 dias. A renovação e reserva pode ser feita online pelo sistema, sendo disponibilizados para os alunos oito computadores para a pesquisa conectados a internet. O software que a Biblioteca utiliza é o Pergamum.

O horário de funcionamento é das 08:00h às 21:30h. A quantidade de títulos por empréstimo é de três títulos diferentes, se estendendo para cinco títulos, caso o aluno estiver em elaboração de monografia e a quantidade de dias para empréstimo é de 10 dias, podendo ser renovado por mais 10 dias. A renovação e reserva pode ser feita online pelo sistema, sendo disponibilizados para os alunos oito computadores para a pesquisa conectados a internet. O software que a Biblioteca utiliza é o Pergamum. A Biblioteca conta com 10.411 títulos, sendo 25.555 exemplares geral. Contamos também com a Biblioteca Virtual Pearson, com 1.198 títulos da área de Educação, com acesso disponível para o portal de periódicos da Uema e Scielo. O curso de Pedagogia Licenciatura tem uma biblioteca setorial com 188 títulos na área da Educação, disponibilizados aos alunos, por meio de empréstimos junto à Direção do Curso.

O espaço físico da Biblioteca é distribuído da seguinte forma: ambiente de pesquisa e consulta local climatizado, ambiente com os computadores de pesquisa conectados a internet climatizado, espaço do acervo físico climatizado, sala de circulação (recepção) climatizada e sala do setor administrativo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Proposta de diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica em cursos de nível superior. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução n.º 21, de 2001. Institui a duração e a carga horária dos cursos de graduação plena de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n.º 2, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de março de 2002. Seção 1, p.9.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução n.º 2, de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Diário Oficial da União, Brasília, 2 de julho de 2015. Seção 1, pp 8-12.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Resolução n.º 111/2013-CEE, de 22 de agosto de 2013. Renova o Reconhecimento do Curso de Pedagogia Licenciatura do Centro de Estudos Superiores de Caxias da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.

CUNHA, Maria Isabel da. **Formatos avaliativos e concepção de docência**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Resolução n.º 1045/2012-CEPE/UEMA, de 19 de dezembro de 2012. Dispõe sobre as Normas Gerais do Ensino de Graduação da Universidade Estadual do Maranhão.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI: 2016-2020. São Luís: UEMA, PROPLAN, 2016.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Resolução n.º 1233/2016-CEPE/UEMA, de 06 de dezembro de 2016. Dispõe sobre a regulamentação da hora-aula e dos horários nos cursos de graduação presenciais da Universidade Estadual do Maranhão.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Resolução n.º 1264/2017-CEPE/UEMA, de 06 de junho de 2017. Cria e aprova as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Resolução n.º 1233/2016-CEPE/UEMA, de 06 de dezembro de 2016. Dispõe sobre a regulamentação da hora-aula e dos horários nos cursos de graduação presenciais da Universidade Estadual do Maranhão.

ANEXO - I**Critérios estabelecidos para a contabilização da carga horária de
Atividades Teórico-Práticas (ATP)**

GRUPO I – Atividades de Ensino e Iniciação à docência	Documentação comprobatória	Carga horária máxima permitida para contabilização
Monitoria exercida na UEMA.	Relatório semestral, com a ciência do professor orientador e a validação do Coordenador(a) de Curso.	Dois semestres, sendo 40 h por cada semestre letivo, perfazendo um total de 80h.
Participação em Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid).	Relatório semestral da pesquisa do Pibid, com a ciência orientador e a validação do Coordenador(a) do Curso.	Três semestres, sendo 50h por semestre, perfazendo um total de 150h.
Disciplinas de outros cursos/IES na área de formação de professores.	Histórico Escolar ou declaração do órgão de controle acadêmico.	Duas disciplinas de 60h cada, para aproveitamento da carga horária de até 120h.
Projetos e oficinas temáticas na área de educação.	Declaração/certificado emitido pela Direção ou órgão competente.	Três comprovações, perfazendo um total de até 20h.
Experiência profissional na área de educação.	Declaração emitida pela Direção ou órgão competente.	Três semestres, sendo 50h por semestre, perfazendo um total de 150h.
Cursos de idiomas, Comunicação e Expressão e de Informática.	Certidão de aprovação no respectivo curso, que especifique a carga horária cumprida.	Dois semestres, sendo 60h por cada semestre letivo, perfazendo um total de 120h.
Participações em reuniões de departamentos, colegiados e conselhos da Uema.	Declaração assinada pelo presidente da Assembleia Departamental, Diretor de Curso ou do Conselho, conforme o caso.	Dois anos, sendo 15h por cada ano letivo, perfazendo um total de 30h.
Representantes de CA e DCE.	Declaração com a composição dos representantes e a função exercida, assinada pelo presidente.	Dois anos, sendo 20h por cada ano letivo, perfazendo um total de 40h.

GRUPO II– Atividades de Pesquisa	Documentação comprobatória	Carga horária máxima permitida para contabilização
Iniciação científica, reconhecida pela Pró-Reitoria de Pesquisa e pós-Graduação.	Relatório parcial e/ou final, com a ciência do Professor orientador e do coordenador de pesquisa da Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação.	Dois semestres de 60h cada, perfazendo um total de até 120h.
Apresentação de trabalho em eventos científicos.	Certificado emitido pelo órgão competente responsável pelo evento e a Cópia do trabalho apresentado.	Até o limite de 120 horas em todo o curso de graduação.
Publicação de trabalho em anais de congressos e similares.	Comprovação da publicação no evento e a cópia do material publicado.	15h horas por trabalho, limitado a, no máximo, 75h em todo o curso de graduação.
Artigo publicado em revista científica	Comprovação da publicação e a cópia do artigo publicado.	Qualis A e B, 60h e em outros periódicos considerar 30h.
Membro do grupo de pesquisa cadastrado no CNPq.	Comprovação que é membro do grupo de pesquisa, com a ciência do Coordenador do grupo de pesquisa.	Até 40h, podendo ser contabilizado até dois grupos, 20h cada.

GRUPO III – Atividades de Extensão	Documentação comprobatória	Carga horária máxima permitida para contabilização
Atividade de Extensão reconhecida pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis.	Relatório parcial e/ou final, com a ciência do Professor orientador e do coordenador de Extensão da Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Estudantis.	Dois semestres, sendo 60h por cada, perfazendo um total de 120h.
Participação em seminários, congressos, encontros estudantis, entre outros de atualização e congêneres.	Certificado emitido pelo órgão responsável pelo evento, com especificação da carga horária cumprida. (Caso não tenha a carga horária no certificado, conta-se 8h por dia.	Até o limite de 120h em todo o curso de graduação.
Participação em curso de extensão e atualização, na área de educação reconhecido pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis da Uema.	Certificado do coordenador do curso com a ciência da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis da Uema.	Até 20h por curso, sendo possível contabilizar até três cursos.
Participação em visitas programadas em instituições educacionais ou áreas afins.	Declaração assinada pelo Professor que liste os acadêmicos participantes, com especificação da carga horária cumprida e o objeto da visita.	Até 20h, podendo totalizar até três visitas.
Participação na organização, coordenação de cursos e /ou eventos científicos, na área do curso ou afins.	Declaração assinada pela coordenação do evento e do coordenador do curso de graduação do estudante.	Até 20 horas por evento, limitado a, no máximo, 60 horas em todo o curso.

Participação em intercâmbios institucionais.	Declaração da instituição que intermediou o intercâmbio, descrevendo o período e as atividades realizadas.	Dois semestres de 50h cada, perfazendo um total de até 100h.
Trabalho realizado em campanhas de voluntariado ou programas de ação social.	Declaração assinada pelo representante legal do órgão onde as atividades foram realizadas, especificando as principais atividades, locas, data e/ou período.	Até 10 horas por evento, limitado a, no máximo, 40h em todo o curso de graduação.
Estágios extracurriculares	Cópia do termo de convênio devidamente assinado pelas partes conveniadas ou do cadastro da Instituição junto à IES e relatório semestral da Instituição/Empresa atestado o cumprimento das atividades, com especificação da carga horária cumprida.	Dois semestres de 40h cada, perfazendo um total de até 80h.
Participação ou trabalho na organização de jornal informativo da Uema.	Cópia do material que comprove a participação ou realização do trabalho.	Até 20 horas por evento ou período/semestre letivo de participação, limitado a, no máximo, 60 horas em todo o curso de graduação.

GRUPO IV – Atividades de Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	Documentação comprobatória	Carga horária máxima permitida para contabilização
Atividade de Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, reconhecida pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.	Relatório parcial e/ou final, com a ciência do Professor orientador e do coordenador do Núcleo de Inovação Tecnológica da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.	Dois semestres de 60h cada, perfazendo um total de até 120h.
Participação em projetos inovadores em comunicação, design e aplicados à educação.	Declaração assinada pela coordenação do projeto com o visto da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.	Até o limite de 120 horas em todo o curso de graduação.
Participação em projetos de criação de kits educacionais.	Declaração assinada pela coordenação do projeto com o visto da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.	Até o limite de 120 horas em todo o curso de graduação.
Participação em projetos de introdução de novos benefícios ou novos de interação e/ou inclusão social (inovação social).	Declaração assinada pela coordenação do projeto com o visto da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.	Até o limite de 60 horas em todo curso de graduação.

APÊNDICE - I

REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA

Regulamenta o Estágio Curricular Supervisionado, fixado no Curso de Pedagogia Licenciatura do Centro de Estudos Superiores de Caxias/Universidade Estadual do Maranhão.

CAPITULO I

NATUREZA E OBJETIVO

Art. 1º O presente regulamento normatiza o Estágio Curricular Supervisionado componente do Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia Licenciatura do Centro de Estudos Superiores de Caxias.

Art. 2º O estágio é componente curricular e ato educativo supervisionado, desenvolvido em contextos escolares e não escolares, para estudantes regularmente matriculados, como parte do projeto pedagógico do curso de Pedagogia Licenciatura.

Art. 3º O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Pedagogia Licenciatura tem como objetivo oportunizar ao aluno-estagiário condições propícias ao desenvolvimento de sua prática pedagógica, mediante a observação, reflexão e proposição de solução às situações apresentadas no campo de estágio, relacionadas diretamente ao ensino-aprendizagem.

Art. 4º O Estágio Curricular Supervisionado, de caráter obrigatório para o curso de Pedagogia Licenciatura, será orientado por um professor orientador que supervisionará, *in loco*, o desenvolvimento do estágio, com vistas à formação profissional do aluno-estagiário.

CAPITULO II

ESTRUTURA, FUNCIONAMENTO, CARGA HORÁRIA E CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 5º O Estágio Curricular Supervisionado terá a duração de 405 horas/aula, correspondentes a 9 (nove) créditos e será realizado nos três últimos períodos do curso de Pedagogia Licenciatura.

Art. 6º O Estágio Curricular Supervisionado, no curso de Pedagogia Licenciatura, será realizado conforme a seguinte estrutura e distribuição de carga horária:

I – Estágio Curricular Supervisionado na Educação Infantil – 135h;

II – Estágio Curricular Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – 135h;

III – Estágio Curricular Supervisionado em Áreas Específicas – 135h.

Art. 7º A atividade regular do estudante em exercício da docência na Educação Básica poderá ser aproveitada para redução da carga horária de Estágio Curricular Supervisionado de até 180 horas, o equivalente a quatro créditos.

§ 1º A redução da carga horária é solicitada pelo estudante à direção do curso de Pedagogia Licenciatura, no período de sua matrícula, mediante requerimento, acompanhado de documentos comprobatórios, tais como: cópia do contracheque ou do contrato de trabalho e memorial comprovado com a descrição da atividade docente na Educação Básica nos últimos cinco anos.

§ 2º O Colegiado do curso de Pedagogia Licenciatura analisará o processo de redução de carga horária e decidirá quanto será reduzido para o(a) estudante solicitante.

Art. 8º O Estágio Curricular Supervisionado será realizado em instituições privadas e/ou públicas, legalmente constituídas, que atendam à Educação Básica e que tenham condições de proporcionar experiência prática ao estagiário.

Art. 9º A escolha do campo de estágio será de responsabilidade do professor orientador de Estágio, conforme a especificidade da área de atuação do estágio.

Art. 10º Antes de ser encaminhado ao campo de estágio, o aluno-estagiário receberá, do professor orientador de estágio, orientação e informações gerais sobre como o estágio será desenvolvido e avaliado.

Parágrafo Único - O encaminhamento do aluno-estagiário ao campo de estágio se dará através de carta de apresentação assinada pelo professor orientador, pelo coordenador do estágio e/ou pelo diretor do curso de Pedagogia Licenciatura.

Art. 11º No curso de Pedagogia Licenciatura, os estágios curriculares supervisionados do Ensino Fundamental e Educação Infantil deverão ocorrer no turno matutino ou vespertino, considerando o horário de funcionamento regular das escolas de educação básica da rede pública de ensino.

CAPITULO III

ATRIBUIÇÕES

Art. 12º Compete ao Coordenador de Estágio Curricular Supervisionado do curso de Pedagogia Licenciatura:

I - Promover seminários no início de cada semestre letivo para orientações gerais quanto ao estágio e ao final do semestre, para avaliação e troca de experiências.

II – Coordenar o planejamento, a execução e a avaliação das atividades pertinentes ao estágio, em conjunto com os demais professores orientadores;

III – Entrar em contato com os estabelecimentos educacionais concedentes de estágio curricular supervisionado para análise das condições específicas, tendo em vista a celebração de convênios e acordos, quando for o caso;

IV – Providenciar os termos de compromisso a serem firmados entre alunos e instituições concedentes de estágio;

V – Organizar e manter atualizado um sistema de documentação e cadastramento de estágio, registrando as instituições envolvidas e o número de estagiários de cada período de estágio;

VI – Realizar, conforme a necessidade, reuniões com os professores orientadores de estágio, com os coordenadores das instituições concedentes de estágio, para discussão de questões relativas ao planejamento, organização, funcionamento, avaliação e controle das atividades de estágio, análise de critérios, métodos e instrumentos necessários ao seu desenvolvimento;

VII – Realizar e divulgar, a cada período de estágio, junto com os professores orientadores, um estudo avaliativo a partir da análise do desenvolvimento e resultados do estágio, visando avaliar sua dinâmica e validade em função da formação profissional, envolvendo aspectos curriculares e metodológicos;

VIII – Cumprir integralmente as normas estabelecidas neste Regulamento.

Art. 13º Compete ao professor orientador de Estágio Curricular Supervisionado do curso de Pedagogia Licenciatura:

I – Fazer cumprir a programação das atividades pertinentes ao estágio;

II – Orientar o estagiário na elaboração do plano de estágio;

III – Encaminhar à coordenação de estágio e direção do curso de Pedagogia Licenciatura, o plano e o cronograma de estágio;

IV – Orientar, acompanhar e avaliar o aluno-estagiário no desenvolvimento de todas as atividades relacionadas ao estágio;

- V – Orientar o estágio por meio de acompanhamento do plano de estágio, por observação contínua e sistemática das atividades programadas no campo de estágio durante todo o processo;
- VI – Manter contatos periódicos com a gestão e com o docente de classe das Instituições concedentes de estágio, buscando o bom desenvolvimento das atividades, intervindo sempre que necessário;
- VII – Cumprir integralmente as normas estabelecidas neste regulamento.

Art. 14º Compete ao aluno-estagiário do curso de Pedagogia Licenciatura:

- I – Observar os regulamentos e exigências do campo de estágio.
- II – Elaborar o plano de estágio sob orientação do professor orientador de estágio;
- III – Permanecer no local do estágio até o final do tempo regulamentado, obedecendo sempre os horários previstos;
- IV – Realizar as atividades previstas no plano de estágio, bem como, manter um registro atualizado de todas elas;
- V – Comunicar e justificar com antecedência, ao professor orientador de estágio, sua ausência em atividade prevista no plano de estágio;
- VI – Repor as atividades previstas no plano de estágio, cuja justificativa de ausência tenha sido aceita pelo responsável do campo de estágio e pelo professor orientador;
- VII – Participar das atividades determinadas pelo professor de estágio;
- VIII – Entregar ao professor orientador, em data previamente fixada, o relatório abrangendo todos os aspectos relativos ao estágio;
- IX – Manter, em todas as atividades desenvolvidas durante o estágio, uma atitude de ética conveniente ao desempenho profissional;
- X – Cumprir integralmente as normas estabelecidas neste regulamento.

CAPITULO IV

ATIVIDADES E AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 15º As atividades de Estágio Curricular Supervisionado do curso de Pedagogia Licenciatura serão compostas de:

- I – fundamentação e exercício teórico-metodológico específicos para planejamento e vivências didáticas em classe, no curso;
- II - elaboração e execução de projetos de intervenção com práticas pedagógicas na gestão dos processos educativos escolares e não escolares;
- III – elaboração do relatório final do estágio;

IV – seminários de socialização das atividades realizadas no estágio em contextos escolares e não escolares.

§ 1º Estão previstas 45 horas/aula para fundamentação e exercício teórico-metodológico em cada período, sendo o restante das horas distribuídas nas demais etapas.

§ 2º A orientação, o acompanhamento à vivência escolar das atividades discentes, em contextos escolares e não escolares, serão realizadas pelo professor orientador de estágio, de acordo com cronograma previamente definido.

Art. 16º O Estágio Curricular Supervisionado será avaliado continuamente com base nos critérios gerais definidos nas Normas Gerais do Ensino de Graduação, com obrigatoriedade de frequência de 100 (cem por cento) dentro do prazo estabelecido de integralização do período letivo em curso e nota igual ou superior a 7,0 (sete).

Parágrafo Único - Não será concedido o tratamento excepcional em regime de exercício domiciliar ao estudante inscrito no Estágio Curricular Supervisionado, haja vista que sua execução somente poderá ocorrer em ambiente acadêmico.

Art. 17º A avaliação do Estágio Curricular Supervisionado deverá ser sistemática e continua, utilizando diferentes instrumentos e formas e compreende:

I – apuração da frequência ou atividades previstas no plano de estágio;

II – apresentação do trabalho final, na forma de: portfólio (Estágio Curricular Supervisionado em Educação Infantil); relatório (Estágio Curricular Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental); e, relato de experiência (para o Estágio Curricular Supervisionado em Áreas Específicas).

§ 1º O trabalho final dos estágios deve obedecer as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT), especificamente as normas (i) NBR 6023/2002, (ii) NBR 10.520/2002 e (iii) NBR 14.724/2005) e os elementos constitutivos de cada produção textual (portfólio, relatório, relato de experiência), conforme orientações do professor de estágio.

§ 2º O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Pedagogia Licenciatura não dará direito a exame final, devendo o estudante reprovado fazer novo estágio.

§ 3º O não fornecimento dos documentos necessários, por parte do aluno-estagiário, para a avaliação do estágio nas datas previstas implicará a reprovação do mesmo.

CAPITULO V
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 18º O cumprimento da carga horária integral do Estágio Supervisionado, proposto na matriz curricular, com aproveitamento e conseqüente aprovação, é condição necessária para a colação de grau.

Art. 19º Os casos omissos neste Regulamento deverão ser resolvidos pelo Coordenador de estágio e/ou Diretor do Curso de Pedagogia Licenciatura, ouvido o Colegiado do Curso e o Núcleo Docente Estruturante, em concordância com o que dispõe as Normas Gerais do Ensino de Graduação.